



**HAL**  
open science

# Da Observação flutuante e encoberta ao Corpus: exploração e consolidação da pesquisa de terreno micro-etnográfica

Michel Binet

► **To cite this version:**

Michel Binet. Da Observação flutuante e encoberta ao Corpus: exploração e consolidação da pesquisa de terreno micro-etnográfica. 2011. hal-04497372

**HAL Id: hal-04497372**

**<https://hal.science/hal-04497372>**

Preprint submitted on 9 Mar 2024

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

## **Da Observação flutuante e encoberta ao Corpus: exploração e consolidação da pesquisa de terreno micro-etnográfica**

*(Working Paper)*

**Michel G. J. Binet<sup>1</sup>**  
GIID-CLUNL

### **Workshop Internacional**

#### **“NÃO SE IMPORTA QUE EU GRAVE?”**

*Ética e Metodologia da investigação sobre interações discursivas*

**Painel 2:**

**Questões éticas e metodológicas na investigação empírica – A**

15-16 Julho 2011

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Organização: GIID-CLUNL / ILTEC

<http://www2.fcsh.unl.pt/giid-clunl/index.html>

### *Resumo*

Durante anos, acumulei muitas notas de observação de trocas conversacionais ocorridas numa multiplicidade de contextos e quadros de interacção quotidiana: rua, transportes, comércio, quadro familiar, vida académica, centro de saúde, repartição das finanças, etc. Trabalho de observação “naturalista” (observação de interações verbais não provocadas ou intencionalmente modificadas pelo investigador), casual, não planeada, focalizada no comportamento comunicativo em geral e nas funções semântico-pragmáticas da entoação em particular, de que resultaram cadernos de notas: transcrição apoiada num registo memorial “capturando” um, dois ou três turnos de uma interacção conversacional, breve contextualização (situação e protagonistas) e pistas de análise.

A presente comunicação pretende apresentar e discutir algumas destas notas de forma a reflectir sobre o método da “Observation flottante” (Pétonnet, 1982), o seu alcance e os seus limites, e isso numa perspectiva micro-etnográfica (Moerman, 1996). A heurística do método e o seu alcance exploratório serão assim exemplificados com base numa releitura dos meus cadernos de notas e à luz da literatura científica incidindo sobre as interações discursivas. As questões éticas levantadas por uma observação encoberta e furtiva que tira proveito da participação do investigador na vida social sem aberturas formais dos terrenos de observação serão igualmente abordadas.

Esta discussão crítica do valor documental de notas de “Observação flutuante” levará num segundo momento a uma reflexão sobre os contributos dos Estudos de Corpora (Freitas, 2010), que terá por base uma investigação em curso, em ordem a consolidação das investigações empíricas no domínio da Análise da Conversação e a superação dos problemas éticos acima levantados.

---

<sup>1</sup> Bolseiro FCT.

## **Introdução**

A observação encoberta e “flottante” (Pétonnet, 1982) converte o quotidiano num vasto território de caça que se sujeita ao olhar indiscreto de um predador ávido de observações sobre o comportamento humano em ambiente “natural”: o socio-antropólogo. Caçador de dados (ten Have, 2005: 60), o micro-etnógrafo pode perspectivar a sua própria participação quotidiana na vida social como uma pesquisa de terreno multisituada, tomando notas mentais, regularmente transcritas num caderno sob a forma de breves descrições e análises.

Estas observações são conduzidas numa grande variedade de situações sob o disfarce de diversos estatutos de participação que simultaneamente abrem e limitam o campo dos observáveis. A observação “flutuante” não fixa de antemão um programa de pesquisa preciso, de forma a atender às injunções locais vindas de cada micro-terreno (Bromberger, 2004: 116), reformulando permanentemente o questionamento constitutivo do olhar inquiridor a medida que o investigador passa de uma situação a outra.

A apresentação comentada de notas de descrição e de análise de episódios interacionais capturados no dia-a-dia, registados em cadernos de observação, permitirá apreciar a riqueza e o alcance de dados recolhidos ao abrigo deste método, que proporciona uma exploração multifacetada dos «(...) *pequenos jogos sociais que constituem a trama social*» (Machado Pais, 2002: 80).

Embora heurística, a observação encoberta e flutuante apresenta limites metodológicos e éticos, que só a abertura de terrenos e a construção de corpora (Dalbera, 2002 ; Baude, 2006) permitem superar, em ordem à moralização e consolidação dos conhecimentos. A entrada autorizada no terreno na qualidade de observador proporciona novas possibilidades de inquérito e um redesenho das fases da investigação. É possível entrevistar abertamente os interactantes ou solicitar a consulta de documentos primários, para uma melhor contextualização das observações, bem como negociar a utilização de meios auxiliares de registo, que libertem as tarefas de observação dos quadros temporais próprios às situações estudadas. A riqueza dos detalhes comportamentais capturados e passíveis de visionamentos repetidos para efeitos de transcrição, anotação e análise potencia o desenvolvimento de novos saberes gerados por novas malhas descritivas e analíticas. A análise transversal e parcialmente quantificável de múltiplas ocorrências de uma mesma classe de “acontecimentos interacionais” consolida a base comparativa e

contrastiva das generalizações e dos conhecimentos, sujeitos a uma validação intersubjectiva, tornada possível pela acessibilidade de corpora cada vez mais preocupados em cumprir os códigos deontológicos da investigação em ciências humanas.

## **1. Observação e Participação quotidiana na vida social: a ocultação do olhar indiscreto e os seus limites ético-metodológicos**

Tal um “espião”, o etnógrafo pode observar de forma encoberta o comportamento humano ao sabor da sua participação na vida social. Os dados tornados observáveis pelo método da observação encoberta não são intersticiais nem marginais do ponto de vista dos programas de investigação da antropologia e da sociologia. Permitem infiltrar e observar de dentro sistemas de actividade conjunta de base interaccional que constituem um nível-chave de organização da vida em sociedade e como tal importantes objectos de estudo.

### **1.1. Situações: o recorte de uma unidade de análise de escala interaccional**

Num famoso texto programático publicado em 1964 no número 6 do volume 66 da revista *American Anthropologist*, o sociólogo Erving Goffman desafiou os seus pares a não negligenciarem um nível *suis generis* de organização social: as situações de interacção, cujo estudo é, salientava o autor, especialmente importante para os etnógrafos da fala (Goffman, 1999: 150).

Este número da revista *American Anthropologist* era dedicado à delimitação de um então novo domínio de investigação: a *Etnografia da comunicação*. No seu artigo de introdução ao número, Dell Hymes defende que a coerência da publicação assenta na seguinte convergência: todos os artigos abordam o comportamento comunicativo como fundamentalmente situado (Hymes, 1964: 4). Recortar as fronteiras das situações interaccionais em que ocorrem os eventos comunicativos (Hymes, 1964: 3) é a primeira etapa de uma pesquisa conducente a uma observação émica da sua composição e estruturação interna (Hymes, 1964: 14-5). O estudo etnográfico das situações de uso da

fala e das estruturas dos eventos comunicativos de uma dada sociedade (Hymes, 1964: 19) constitui, não só uma fonte de dados sobre um nível fundamental de organização da vida social, como ainda documenta detalhadamente a vida sociocultural da linguagem, enriquecendo o nosso conhecimento das suas formas e funções. O estatuto de membro de pleno direito de uma dada comunidade humana assenta na competência comunicativa que habilita crianças e adultos a participarem apropriadamente nas situações de interacção que organizam a vida social desta comunidade (Hymes, 1964: 27). Condicionado no seu desenvolvimento e no seu alcance pela adequação e precisão dos registos comportamentais (Hymes, 1964: 15), este vasto programa de estudo etnográfico das modalidades de participação da linguagem na vida humana a uma escala situacional traçado em 1964 constituiu, como anunciou o próprio Hymes (1964: 28), o ponto de partida de novas abordagens especializadas, entre as quais se destacará a análise da conversação etnometodológica<sup>2</sup>.

Como sublinhou Hymes (1964: 4), a abordagem situacional defendida por Goffman permite alcançar o cerne da questão: observar empiricamente a integração local dos componentes de um evento comunicativo singular, cuja articulação forma o quadro interactivo de comportamentos comunicativos (Goffman, 1991) que, entre outras acções que compete ao observador apurar, ratificam ou contestam definições de si, do(s) outro(s) e da situação. Em 1964, Erving Goffman tem já ao seu activo a publicação de obras importantes: *The Presentation of Self in Everyday Life* (1956), *Encounters* (1961), *Asylums* (1961), *Behavior in Public Places* (1963) e *Stigma* (1963). Este dado visa chamar a atenção sobre a riqueza das construções teóricas e dos saberes articulados que enformam o olhar do observador. O carácter não planeado da observação não implica uma rejeição da teoria, bem ao contrário.

## **1.2. Método indutivo: as bases empíricas das (re)construções teóricas**

Cada situação incentiva o observador a escolher e rearticular na sua mente a grelha teórica capaz de adequar o questionamento, de delimitar focos de atenção selectiva, de guiar as suas anotações e de ordenar a sua futura descrição. A observação é um momento de intensa elaboração e produção teórica que reveste a forma de notas

---

<sup>2</sup> The conversation analysis offers techniques «(...) for locating culture in situ» (Moerman, 1996: xi).

mentais, posteriormente reelaboradas no acto da sua transcrição (Binet, 2010). As notas escritas resultantes da transcrição das observações e análises registadas mentalmente no terreno são de vários tipos, ordenáveis ao longo de um *continuum* que tem por pólos opostos descrições factuais e teorizações. Duas precisões no entanto: os “observáveis” são teoricamente construídos; as notas mais teóricas são muitas vezes reelaborações de notas aparentemente mais empíricas, cuja reescrita visa devolver e sistematizar os quadros teóricos que lhes são subjacentes<sup>3</sup>.

A produção textual do investigador ligada à observação não é constituída por textos empíricos e textos teóricos. Os textos não são mais ou menos teóricos. São sim mais ou menos explicitamente teóricos. Todo o texto descritivo é intimamente articulado de acordo com teorias mais ou menos explicitadas.

A observação é uma actividade teórica<sup>4</sup>, animada por uma lógica da descoberta prosseguida na e pela descrição: «*À sociologia do quotidiano interessa mais a mostraçãõ (do latim monstrare) do social do que a sua demonstraçãõ, geometrizada por quadros teóricos e conceitos (ou preconceitos) de partida, bem assim como por hipóteses rígidas que à força se procuram demonstrar num processo de duvidoso alcance em que o conhecimento explicativo se divorcia do conhecimento descritivo e compreensivo*» (José Machado Pais, 2002 : 32-33). O que distingue o método indutivo é a recusa das pré-construções teóricas, anteriores à ida ao terreno e à recolha de dados (Glaser & Strauss, 1995). A teorização começa no terreno, orientando activamente a recolha selectiva de primeiros dados de observação. A investigação é um trabalho de reconstrução contínua dos quadros teóricos da descrição factual, apoiado numa re-análise permanente do corpus de registos empíricos de onde emergiram, corpus não fechado mas sim, sempre que possível e exequível, aberto a novas recolhas tornadas entretanto necessárias. Daí a importância da metodologia e das reflexões que sobre ela incidem. A ciência é inseparável das suas bases empíricas, constituídas por meio de estratégias metodológicas que importa examinar, como é o propósito do presente texto.

---

<sup>3</sup> «*Descrever, de-scribere, significa etimologicamente escrever de acordo com um modelo, isto é, proceder a uma construção, a um recorte, a uma análise no decurso da qual se efectua um ordenamento*», precisa François Laplantine (2000: 34), empenhado em realçar a dimensão teórica do trabalho de descrição etnográfica, «*actividade de construção e de tradução no decurso da qual o investigador produz mais do que reproduz*» (2000: 37), que tem por base empírica as notas de observação no terreno (Binet, 2010: 4).

<sup>4</sup> «*Observações defeituosas, ou a pura incapacidade de observar, são sempre expressão de défices teóricos*» (José Machado Pais, 2002 : 43).

### **1.3. Observação encoberta: Estatutos de participação e delimitação dos observáveis**

A observação encoberta prescinde das formalidades habitualmente exigidas pela abertura dos terrenos. Não é na qualidade de observador que o investigador entra no terreno e nele permanece, participando mais ou menos activamente nas interacções que aí ocorrem. Esta opção metodológica (eticamente marcada) não liberta o campo de observação de entraves e barreiras. Ninguém circula livremente no mundo social. Cada uma das múltiplas situações que constitui a vida quotidiana é rodeada por uma fronteira mantida pelos interactantes que nela participam (Goffman, 1972). Em certos casos, esta fronteira se materializa sob a forma por exemplo de uma porta fechada restringindo o acesso a uma divisão de um edifício, em outros casos, essencialmente por comportamentos de inclusão/exclusão comunicativa (orientação dos corpos e dos olhares, endereçar a palavra, intersincronização, etc.). É preciso possuir ou negociar um estatuto de participação na situação para ter acesso a ela. Enquanto membro da sociedade que pretende observar de dentro e de perto, a maioria dos investigadores dispõem de um leque variado de estatutos de participação actuais ou potenciais capazes de lhe abrirem *algumas* portas (algumas e não todas), de uma forma sempre limitada nos planos temporais, espaciais e participativos.

Os dados passíveis de serem recolhidos são condicionados por possibilidades de participação na vida social fixadas com maior ou menor rigidez pelos papéis sociais que o observador pode se habilitar a desempenhar com um mínimo de aprovação social. As situações e comportamentos que nelas ocorrem passíveis de observação são delimitados pelas modalidades de inserção e participação de cada investigador no mundo social. A socianálise do próprio observador é uma etapa necessária à delimitação do campo dos observáveis. A identidade de género (Goyon, 2005) ou o lugar ocupado pelo observador no sistema de parentesco que contribui em organizar uma dada interacção (Fogel, 2009), por exemplo, são dados relevantes em ordem ao apuramento das possibilidades e impossibilidades de observação que condicionaram uma dada micro-pesquisa de terreno.

### **1.4. O disfarce castrador: “Inabertura” do terreno e auto-limitação do inquérito**

Um terreno “inaberto” designa um terreno de observação que não foi formalmente aberto como tal nem formalmente fechado (recusa expressa de um pedido de abertura). A formalização da abertura pode ter sido evitada por receio de uma recusa ou simplesmente por motivo de inexecutabilidade da sua realização: a observação flutuante não preselecciona as situações que serão abrangidas pela descrição. O investigador deixa-se surpreender por acontecimentos inesperados, casuais, não planeados. Nem todos os acontecimentos interaccionais da vida quotidiana são gerados por papéis regularmente desempenhados em locais e momentos fixados de antemão. O método da observação flutuante, combinado ao da observação encoberta, permite valorizar no plano investigativo a riqueza multifacetada do quotidiano.

No entanto, não negociar abertamente o estatuto participativo de observador tem por custo científico uma série de auto-limitações do inquérito. No plano da co-definição interactiva da situação, não se pode em muitos casos transcrever observações num caderno de notas de forma a registar passo a passo o desenrolar de uma dada situação, instalar e ligar um gravador ou uma câmara de filmagem, triangular os métodos entrevistando um interactante (por meio de um guião incorporando dados recolhidos por observação) ou solicitando documentos para fins investigativos. Preocupado em não ser desmascarado, o observador se limita a registar mentalmente os comportamentos, aproveitando a primeira oportunidade ao seu alcance (ida à casa de banho, por exemplo) para capturar por escrito as suas observações, dentro dos limites da sua memória.

Certos estatutos de participação podem todavia proporcionar ao observador linhas de conduta compatíveis com actividades de registo: o estatuto de aluno numa sala de aula, o de colega encarregado de filmar a festa organizada para celebrar a entrada na reforma de um funcionário<sup>5</sup>, etc. Mas nestes casos também, a participação pode dificultar e interferir com a observação: o registo para fins observacionais é limitado e interrompido por linhas de acção que se impõem ao investigador em virtude do seu estatuto participativo na situação. Em terrenos “inabertos”, são frequentes as observações interrompidas, deixadas incompletas: as frustrações abundam.

A “inabertura” do terreno condena o investigador a confinar o seu inquérito de terreno dentro de limites impostos pelo seu estatuto participativo. Um exemplo: reconhecido por uma escola como encarregado de educação de uma criança que frequenta uma Unidade de Ensino Estruturado, detenho um estatuto que me permite entrar todas as

---

<sup>5</sup> Saini, 2006: 28.



manhãs nas instalações da escola e levar o meu filho até o interior da sala da unidade. Mas as minhas possibilidades de observação, superiores às da maioria dos pais (que, na ausência de justificações adequadas, não são autorizados a penetrar nas instalações escolares) não deixam de serem limitadas no espaço e no tempo: o percurso traçado pelas minhas deslocações é delineado, o tempo da minha permanência, contado, de acordo com um papel que se revela limitador. Desviar deste percurso e prolongar a minha presença permitiria enriquecer o inquérito de terreno mas constituiria uma ameaça para a manutenção do estatuto de participação ao abrigo do qual, tal um disfarce, observo dissimuladamente.

### **1.5. Abordagem “naturalista” e participação: o paradoxo do observador**

O facto de observar sob disfarce não liberta o investigador do *paradoxo do observador* (Labov, 1976: 116-7 e 289-90). Enquanto participante, o seu próprio comportamento é parte integrante da trama interaccional dos acontecimentos observados, em graus, é certo, muito variáveis, que importa precisar caso a caso.

As nossas notas de observação formam um *continuum* que tem por pólos opostos observações presenciais pouquíssimas participantes e observações fortemente participantes (Gold, 1954; Saini, 2006: 9-11, 13, 37-8 & 42-3). As ruas e os não-lugares das grandes cidades (Augé, 1994) são espaços de circulação socialmente acessível a quase todas as categorias sociais, regulados por regras mínimas de trânsito pedestre (Goffman, 1973), que são o quadro de uma miríade de pequenas interacções de duração variável passíveis de serem directamente observadas de fora, sem ratificação de um estatuto de participação, a não ser o de transeunte anónimo ou o de utente de um serviço de transporte aguardando a sua vez numa fila de espera<sup>6</sup> (Joseph, 1996). No pólo oposto, temos observações de acontecimentos interaccionais nas quais participa activamente o investigador, no quadro das suas relações familiares ou de uma actividade lectiva, por exemplo.

À semelhança de George Devereux (1980), Michael Moerman (1992) defende que os efeitos resultantes da presença do investigador no próprio terreno da observação não são

---

<sup>6</sup> Filas de espera, definidas emicamente como tais pelo posicionamento e pela orientação dos corpos.

erros a ocultar mas sim parte dos fenómenos a estudar<sup>7</sup>. Mas esta postura reflexiva, partilhada por muitos etnógrafos, atentos aos impactos das relações de inquirição sobre o desenrolar das suas pesquisas de terreno (Obadia, 2003; Saini, 2006: 16-9), não desmente a importância da abordagem “naturalista” como constitutiva do olhar microetnográfico. Ao alertar contra os riscos de enviesamento associados às perguntas do investigador, que sempre ameaçam projectar e impor aos sujeitos observados quadros de relevância pertencentes em exclusivo ao observador, Moerman (1992: 27) revela a sua preferência por métodos de “observação não reactiva” (Peretz, 2000: 13) que limitam os efeitos decorrentes da presença do investigador no terreno da observação.

O paradoxo do observador se coloca de forma aguda nos casos em que o observador participa activamente na interacção observada. A gestão da tensão induzida pelas injunções paradoxais da observação naturalista e da participação assenta na competência interaccional do investigador, que se empenha em participar sem modificar o normal desenrolar da situação que observa.

Como evidenciou a análise da conversação (Heritage, 1988), cada situação interaccional é regulada por um sistema de sinalização e correcção de “erros” (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1977) e de reparação de “ofensas” (Arundale, 2006) mantido por interactantes que, sempre que acham necessário, se prontificam em prestar contas (*account*) pelos seus comportamentos. Os pequenos passos em falso de um observador participante um pouco desajeitado podem gerar reacções que constituem dados de uma grande riqueza. Tal constatação permite ao investigador encarar com maior tranquilidade a gestão local do paradoxo do observador, descobrindo a heurística da postura etnometodológica que delega aos próprios interactantes a tarefa de administração da prova da existência de normas reguladoras formando o quadro interactivo<sup>8</sup>.

## 1.6. A manipulação experimental encoberta *in situ*

---

<sup>7</sup> «*To hold oneself back in the name of science is an unnatural posture. (...) The scientist's white coat is not a cloak of invisibility. (...) Our effects on the scenes are not errors to be compensated for magically or embarrassments to be denied, but part of the phenomenon to be studied (...). Our participation always makes something happen. The ethnographer must study that something*» (Moerman, 1992: 26). Para uma tomada de posição na mesma direcção referente ao cinema documental, ver Niney (2000: 317).

<sup>8</sup> Ao prestarem contas antecipadamente acerca de um comportamento que acham susceptível de ser mal aceite pelos seus parceiros de interacção, por exemplo, os interactantes realizam uma acção conversacional que vale como prova da existência de um quadro local de expectativas normativas.

Ao evidenciar a propensão dos interactantes em exigir e prestar contas (*accountability*) de comportamentos que encaram como desenquadrados, desalinhadados, inesperados, e sinalizam como tais (por reacções comportamentais “naturais”<sup>9</sup> que, uma vez registadas, valem como prova da existência de um quadro local de expectativas normativas), Harold Garfinkel (2007) descobriu que, terrenos abertos à observação, as situações do quotidiano são também locais de possíveis experimentações encobertas (Binet, 2002).

Um exemplo: no contexto de acção da condução automóvel, é possível testar experimentalmente o valor semântico-pragmático das variações prosódicas do acto comunicativo de buzinar. Para o efeito, o observador participante pode simplesmente não arrancar num semáforo que acabou de passar a verde e constatar a duração crescente das ocorrências do acto de buzinar vindo do(s) carro(s) de trás, que o seu comportamento intencional não deixa de provocar.

Este método de observação experimental encoberta provoca reacções reveladoras das normas que regulam as condutas em situações interaccionais, evidenciando a precariedade e vulnerabilidade dos quadros das nossas interacções. Por contraste, os comportamentos deliberadamente disruptivos do observador e os seus efeitos destabilizadores atestam a importância e a minúcia do trabalho metódico de tecelagem conversacional da trama das acções conjuntas, que os etnometodólogos pretendem descrever detalhadamente.

Embora pouco vulgar entre os etnógrafos, esta “observação reactiva” explorada pelos etnometodólogos não sai das fronteiras disciplinares da etnografia pelo facto de ter por quadro de aplicação as situações “naturais” do quotidiano que constituem a matéria prima das pesquisas de terreno. Observação experimental *in situ*, recusa-se confinar a investigação às paredes de um laboratório e a situações nele artificialmente criadas para fins investigativos<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> “Naturais”, quer dizer não elicitadas pelo questionamento do investigador. Não é preciso sair do quadro temporal e espacial da situação em análise para, no decurso de uma entrevista, por exemplo, incentivar o interactante a verbalizar desacordos e desalinhamentos até então silenciados. A prova destes desalinhamentos e desacordos é administrada localmente, emicamente, de dentro do próprio contexto interaccional da situação, por interactantes que, sem serem solicitados para tal por um interveniente exterior à situação, se empenham incessantemente em negociar entre si a definição do quadro da sua interacção.

<sup>10</sup> As experimentações em contextos laboratoriais são no entanto passíveis se serem analisadas enquanto situação interaccional (Arditty, 2004: 47).

### **1.7. As estratégias identitárias do “infiltrado” em contextos impessoais e pessoais: a observação encoberta como estigma ?**

O receio de se ver repentinamente identificado na sua qualidade de observador impõe ao investigador uma gestão estratégica das informações localmente nucleares e periféricas que lhe dizem respeito. São localmente nucleares todas as informações susceptíveis de reforçar ou de enfraquecer directamente o estatuto de participação na situação sob a capa do qual o investigador penetrou no terreno em observação. São localmente periféricas informações não directamente relacionadas que a identidade inerente ao estatuto de participação que encobre a actividade observacional. Podem incidir sobre uma faceta desta identidade local, de importância secundária, sobre um atributo ou uma competência sem aparente grande relevo para o desenrolar da interacção em curso. A gestão estratégica da identidade consiste em discriminar as informações auto-referenciais localmente relevantes a mobilizar oportunamente para reforçar a definição de si ou, ao contrário, as informações a ocultar para evitar uma desacreditação parcial ou total da imagem de si projectada na situação.

Em contextos impessoais, o investigador recorre a estratégias de ocultação, não revelando a sua ligação profissional ao domínio das ciências sociais e humanas, por exemplo. Esta ocultação é realizada por omissões ou até, em certos casos, pela prestação de informações falsas. Estas omissões e mentiras violam as máximas da quantidade e da qualidade do contrato de cooperação conversacional que liga os interactantes (Grice, 1975: 45-6), o que pode gerar uma angústia de ordem ética no decorrer e no termo da observação. A consciência moral impõe limites à prática da observação encoberta.

Em contextos de interconhecimento pessoal, a estratégia identitária do investigador consiste em tentativas de minimização das suas actividades observacionais, alegadamente circunscritas a determinados horários e locais, subordinadas a um leque restrito de tópicos e focos de interesse. A sua dupla agenda e as suas segundas intenções são silenciadas, o que constitui mais uma vez uma violação das máximas contratuais da interacção conversacional.

Num caso como no outro, existe uma ameaça de desacreditação e de estigmatização (Goffman, 1988) inerente à prática de uma metodologia que em certa medida assenta em manipulações, abusos de confiança e má fé (Saini, 2006: 8, 15 & 20-1). Mal-estar e angústia ética podem atormentar o observador, que passa a encarar com desconforto a sua pesquisa de terreno (Soudière, 1988).

### 1.8. A metodologia e a ética da investigação: um dilema

A abertura do terreno que subordina a observação e a análise dos dados a um pedido de consentimento esclarecido (prestação de informações precisas sobre os objetivos da investigação e as entidades envolvidas) susceptível de ser aceite ou recusado surge como imperativo moral. Sobre este ponto, o acordo parece inquestionável (Saini, 2006: 21-3). A essa luz, a metodologia aqui apresentada, no âmbito de um Evento consagrado à ética da investigação, tem todas as hipóteses de se ver censurada. No entanto, a minha intenção consiste em defender a heurística do método e em chamar a atenção sobre o dilema<sup>11</sup> que daí resulta, que tem precisamente por termos, de difícil conciliação, os da metodologia e da ética da investigação: formalizar a abertura do terreno é uma exigência moral; moralizar a pesquisa ameaça fechar terrenos, modificar os comportamentos observáveis, interferir com as descrições e análises.

Passíveis de serem recusados, os pedidos de autorização ameaçam os investigadores de fecho dos seus terrenos, como ainda ameaçam comprometer a “naturalidade” dos comportamentos registados (Paradoxo do Observador). As assimetrias sociais constitutivas de muitas relações de inquirição limitam as recusas. Os inquiridos sentem-se em muitos casos mais ou menos coagidos em aceitar (Pryluck, 1988), sob a pressão de relações de poder, pelo menos presumidas (mas por isso não menos reais nos seus efeitos). A ética da investigação exige uma análise micropolítica das relações de inquirição (Wolf, 1996), sob pena de invalidação parcial ou total dos acordos firmados ao abrigo dos pedidos de autorização (Saini, 2006: 23-5).

Os pedidos de autorização podem ser efectuados na sequência de fecho da interacção observada, o que permite obviar ao paradoxo da observação (pelo menos na parte que lhe é inerente). O desconforto do investigador é então maior do que nos casos em que o pedido de autorização é realizado na sequência de abertura da interacção. Este desconforto é fruto de uma auto-avaliação ética que encara como abusivo ter observado sem consentimento prévio. O pedido de autorização é neste caso uma assumpção de culpa e uma tentativa de reparação, situação desconfortável. Efectuar o pedido de consentimento na abertura, eticamente mais confortável, obriga a uma avaliação

---

<sup>11</sup> Este dilema e as suas injunções paradoxais se traduzem por uma polifonia de duas vozes nas linhas que se seguem: a voz do caçador de dados e a do moralizador.

metodológica dos seus possíveis efeitos sobre o desenrolar da interacção. Ao verificar o carácter pré-reflexivo dos “etnométodos” (Rodrigues, 2005: 176) seguidos pelos interactantes para definir e organizar os seus encontros, a análise convida a não sobreavaliar os riscos de enviesamento associados ao paradoxo do observador (Rodrigues & Binet, 2010): «*given the possibility that there is overwhelming order, it would be extremely hard not to find it, no matter how or where we looked*» (Sacks 1984: 23).

Uma solução de compromisso pode consistir em negociar um pré-acordo de valor genérico, dotado de um longo prazo de validade, com familiares por exemplo, subordinado a uma confirmação caso a caso, numa fase posterior ao registo observacional. As minhas notas de observação em contexto intrafamiliar são abrangidas por um acordo deste tipo.

Anonimizar as descrições e análises resultantes da observação é outro imperativo moral, incorporado nas negociações desencadeadas pelos pedidos de abertura, ou tido em conta nos casos de “inabertura” do terreno. Num caso como no outro, o respeito do direito dos sujeitos observados à preservação da sua identidade pesa sobre o trabalho descritivo e analítico. Com efeito, os dados etnográficos consistem em observações comportamentais indexadas a uma situação precisamente datada, localizada e definida no plano das identidades assumidas na interacção. A sua anonimização é uma tarefa susceptível de interferir de diversas maneiras com a restituição descritiva dos detalhes etnograficamente reveladores da ordem da interacção.

### **1.9. Olhares indiscretos do pesquisador de terreno: entre abertura e “inabertura”**

Na sua formalização clássica, a pesquisa etnográfica se inscreve num tempo longo que assenta na construção de relações de confiança e de aceitação que abrem progressivamente o terreno, convertendo a intrusão do observador numa presença consentida. Pela “inabertura” dos seus terrenos, a observação flutuante e encoberta micro-etnográfica não permite este processo de moralização negociada do olhar intrusivo do investigador.

Convém no entanto salientar que o pesquisador de terreno se coloca também em situações dúbias. Não existem terrenos totalmente abertos à observação. Os sujeitos têm

os seus territórios do eu de acesso reservado (Goffman, 1973). As autorizações são sempre sujeitas a restrições mais ou menos renegociáveis no decurso da pesquisa. A abertura é um processo negocial que acompanha todas as fases do inquérito no terreno (Saini, 2006: 11). O pesquisador em terreno aberto pode a qualquer momento presenciar uma situação “inaberta”. Já não plenamente consentido, o seu olhar se torna de repente intrusivo e indiscreto. O pesquisador se sujeita a infringir a regra da desatenção cortês (Goffman, *Ibid.*) inerente à micro-ética das interações e ao trabalho de figuração (*face work*) que lhe é inerente. As questões focadas no presente texto ganham assim uma relevância renovada que abrange a generalidade das pesquisas de terreno. As objecções éticas erguidas contra a observação encoberta podem limitar e empobrecer de dentro a pesquisa etnográfica. O dilema ético-metodológico explica a recorrência de um sentimento de mal-estar e de angústia em muitos terrenos de observação (Devereux, 1980).

#### **1.10. O participante observador: a reflexividade como Direito de cidadania ?**

De acordo com uma certa leitura do dilema ético-metodológico da observação, o direito de entrada e de participação do observador nas situações que compõem o seu terreno seria subordinado à obtenção do consentimento dos sujeitos. Mas tal leitura pode implicar simetricamente limitar o direito de todos os participantes a observar, reflectir e criticar (ou pelo menos o direito a expor publicamente esta actividade cognitiva).

Se consagramos o direito de pensar a sua participação na vida social, o olhar etnográfico, longe de uma intrusão ameaçadora, pode constituir uma expressão máxima da capacidade e do direito de auto-análise e de reflexividade. Existe no projecto científico das ciências sociais e humanas uma intenção ética e cívica, mais ou menos abertamente assumida, é certo, de desvendamento das opressões e dos condicionalismos sociais, à revelia da hierarquia de credibilidades evidenciada e denunciada por Becker (Trépanier & Ippersiel, 2003: 75), que prende o discurso da sociedade sobre si mesma. O micro-etnógrafo seria um participante exercendo o seu direito de observar, pensar e criticar a vida social de dentro as suas malhas situacionais. Defender o seu direito a observar equivaleria a defender o direito de todos a não se deixar confinado a uma

participação cega e acrítica, num elogio da irreverência como atitude distanciada e dissidente, longe da adesão beata a uma ordem social reificada<sup>12</sup>.

## **2. Programa “flottant” e heurística: cadernos de observação em terrenos “inabertos”**

Cada uma das observações que se segue (2.3. *O quotidiano como campo de descobertas*) é elaborada em duas etapas: (1) uma breve descrição tendo por fonte notas registadas por escrita num dos meus cadernos, muitas das quais incorporam uma transcrição baseada num registo memorial de uma interacção verbal presenciada num terreno “inaberto”; seguida por (2) um apuramento dos valores documentais destas notas<sup>13</sup>, resultando da sua análise teoricamente orientada, mediante reenvios múltiplos à literatura científica que ancoram dados observacionais e respectiva análise no campo da investigação micro-etnográfica. As operações de observação e de anotação (de registo memorial seguido de um registo escrito) foram efectuadas num passado, mais ou menos distante (dias, semanas, meses ou anos). As descrições que se seguem são por sua vez todas actualizadas, com referência à data da sua elaboração (Julho 2011): a literatura científica que enforma o trabalho descritivo e analítico é a activamente reapropriada por mim na data não do registo observacional original mas sim da presente descrição.

Seguindo uma metodologia indutiva, o investigador responde activamente às injunções vindas do micro-terreno da sua observação, empenhando-se a explorar a relevância e o alcance teórico dos dados recolhidos<sup>14</sup>.

### **2.1. A descrição como trabalho colaborativo: saberes partilhados e encenações mentais**

---

<sup>12</sup> «*Si un homme qui se croit un roi est fou, un roi qui se croit un roi ne l'est pas moins*» (Lacan, 1966: 170).

<sup>13</sup> A questão referente ao valor documental que um dado único resultante de uma observação isolada pode alcançar, questão central para a devida fundamentação dos métodos qualitativos em ciências sociais, será abordada na 3ª Parte (3.1. *O “dado empírico” e o seu valor documental*).

<sup>14</sup> «*Os projectos empíricos (...) devem ter implicações para as construções teóricas*» (Mills, 1980 : 222).



Na literatura realista, o autor de uma descrição firma um pacto narrativo com um leitor que se vê convidado a ratificar o valor referencial reivindicado pelo texto, valor ilusoriamente alcançado com o contributo activo do leitor e dos seus “saberes” (dotados de um estatuto epistémico duvidoso)<sup>15</sup>. Jean-Claude Passeron (1988 ; 1993) se interroga sobre a celebração ou não de um mesmo pacto narrativo entre uma sociologia descritiva e os seus leitores, chamando a atenção sobre a discrepância passível de ocorrer entre os efeitos de realismo facilmente alcançados por um texto descritivo e a falta de rigor dos seus fundamentos metodológicos<sup>16</sup>.

A economia do texto descritivo assenta nos saberes que o seu autor calcula poderem ser tidos como partilhados pelo leitor a quem se dirige. O texto é desenhado em conformidade com a representação que o autor elabora (e ao mesmo tempo revela) deste(s) leitor(es) e dos seus saberes (*recipient design* ; Sacks et al., 1974: 727). Este quadro de saberes tidos como partilhados, convocado, confirmado ou modificado por cada acto de escrita que nele se apoia, é uma parte importante da dimensão sociocognitiva do trabalho colaborativo da descrição, que por regra geral opera de um modo tácito mais do que abertamente escrutinado, o que confere todo o seu valor à chamada de atenção de Jean-Claude Passeron.

A riqueza dos detalhes empíricos registados no terreno da observação recuperados e devolvidos na descrição permite situar as análises num quadro de saberes partilhados de um modo mais seguro, rico e pormenorizado.

Esta exigência epistemológica tem implicações metodológicas, que explicam o rumo seguido pelo processo investigativo retratado no presente texto.

As notas de observação abaixo apresentadas são com efeito insatisfatórias em vários níveis: não possibilitam re-análises repetidas de um material empírico que regista um dado acontecimento de escala situacional, preservando o seu desenrolar, sequencialmente organizado, por um encadeamento regulado de acções, gerador *moment-by-moment* da sua trama interaccional.

---

<sup>15</sup> A noção de *leitura documentarizante* de Roger Odin (1984) enfatiza o papel activo do leitor/espectador na constituição do filme documental.

<sup>16</sup> O valor referencial pretendido pelo texto descritivo em ciências sociais é no entanto passível de uma validação que assenta na sua dupla coerência teórica e empírica, como atesta a avaliação por Passeron (1993) da “descrição argumentada” de Richard Hoggart (1957) da cultura popular inglesa dos anos 50.

Por contraste, a riqueza finamente granulada do material empírico capturado por gravações e filmagens preserva a sua integridade sequencial (Schegloff, 2007)<sup>17</sup>, convidando à constituição de corpora, em ordem a consolidação dos conhecimentos, questão abordada na 3ª parte (3. *Corpus documental e consolidação da investigação*).

A descrição pode ser entendida como um corpo de instruções visando permitir ao leitor recriar no palco da sua mente simulacros do acontecimento interaccional em análise (Gonçalves, 2002: 304). O leitor acompanha e avalia activamente a descrição, convocando registos mentais seus oriundos da sua própria experiência de participação na vida social, que funcionam como uma instância de validação do trabalho descritivo e analítico do autor. A actividade cognitiva exigida ao leitor explica o valor formativo da literatura científica. Ler a obra de Erving Goffman, por exemplo, é um exercício de grande valor para treinar o nosso olhar sobre o mundo social ao nosso redor.

## **2.2. Exercícios heurísticos de treino da capacidade observacional**

A solidez dos conhecimentos passíveis de serem produzidos ao abrigo do método da observação flutuante e encoberta assenta na riqueza e na precisão dos detalhes empíricos fixados e processados em cada uma das três etapas da seguinte cadeia operatória: riqueza e precisão dos detalhes (1) capturados nas notas mentais elaboradas no terreno da observação, (2) fixados no caderno ou diário de campo sob a forma de notas escritas e (3) devolvidos nos textos descritivos que dão a sua matéria e orientam as análises.

É a esta dupla luz (condições de consolidação de conhecimentos apoiados em (1) notas de observação e em (2) corpora de gravações e filmagens) que auto-avalio as minhas próprias notas de observação, lhe atribuindo um estatuto epistemológico menor. Muitas das minhas notas são lacunares, insuficientemente densas e detalhadas, à luz das exigências que presidem à parte do meu trabalho investigativo destinada a ser publicada. E isso precisamente porque não foram originalmente redigidas com visto à sua publicação, mas sim como notas elaboradas num espaço de trabalho estritamente

---

<sup>17</sup> Autor de numerosos artigos que fazem dele o analista da conversação mais credenciado do mundo, Emanuel Schegloff, colaborador e continuador dos trabalhos pioneiros de Harvey Sacks, consagrou precisamente o seu primeiro livro (Schegloff, 2007), muito aguardado, à organização sequencial das interacções conversacionais.

pessoal, capturando comportamentos dignos de registo, para efeitos de treino da minha capacidade de observação e de enriquecimento do meu olhar analítico.

Meros rascunhos ou exercícios de treino, este trabalho de registo era inspirado por dicas contidas num texto que me cativou, lido numa etapa ainda inicial da minha formação sociológica e antropológica: *Do artesanato intelectual*, de C. Wright Mills (1980 [1959]: 211-243).

Incentivadas e enformadas pela componente metodológica do ensino dos sociólogos e antropólogos que me formaram<sup>18</sup>, muitas das minhas notas eram motivadas pela vontade de dar seguimento a uma das dicas de Mills referentes ao treino da capacidade observacional e investigativa do sociólogo e etnógrafo: encarar a título de exercício observações casuais como possíveis pontos de partida de um projecto de investigação a delinear<sup>19</sup>. Com o tempo, passei a dar mais valor a estes exercícios, reconhecendo neles uma fonte de enriquecimento e de aprofundamento das minhas actividades investigativas.

Mills recomendava a organização de um “Arquivo”, corpus de corpora onde armazenar ideias, notas pessoais, referências bibliográficas, excertos de livros, apontamentos de leitura, bem como observações empíricas, projectos de pesquisa, dados e documentos «*ainda não transformados em material teoricamente relevante*» (1980 : 218), etc. «*Armazenar crescente de factos e de ideias*» (1980 : 215), ordenados por temas e subtemas, a manutenção de um arquivo permite desenvolver hábitos de auto-reflexão e de redacção ; permite «*manter o nosso mundo interior desperto*» (1980 : 213), escrevia Mills.

Pela sua manutenção diária, o arquivo assim entendido possibilita «*a captura dos “pensamentos marginais”*», «*subprodutos da vida quotidiana*», tais «*trechos de conversa ouvidos na rua*» (1980 : 212), por exemplo. «*Manter um arquivo é empenhar-se na experiência controlada*» (1980 : 213) ; registar e analisar comportamentos observados ao sabor da nossa participação na vida quotidiana de uma sociedade é habilitar-se a explorar e descobrir um dos níveis-chave da sua organização: as situações de interacção.

---

<sup>18</sup> As minhas dívidas são do tamanho da minha gratidão, imensa.

<sup>19</sup> «*Embora jamais consigamos o dinheiro para realizar muitos dos estudos empíricos que planeamos, é preciso continuar a imaginá-los*» (Mills, 1980 : 221).

### **2.3. O quotidiano e as suas situações: um campo de descobertas (registos e análises)**

É o valor heurístico de uma observação de dentro o quotidiano de uma sociedade que desejo partilhar e comentar ao abrir os meus cadernos de notas, lhe conferindo pela primeira vez um estatuto epistemológico autorizando a sua apresentação e análise, num espaço cuidadosamente preparado para o efeito, delimitado por um primeiro texto (*1. Observação e Participação quotidiana na vida social: a ocultação do olhar indiscreto e os seus limites ético-metodológicos*), que opera um retorno reflexivo e crítico sobre os condicionalismos próprios ao método que presidiu ao seu registo, e um segundo texto (*3. Corpus documental e consolidação da investigação*), que aponta caminhos possibilitando a consolidação e a sistematização dos conhecimentos de carácter exploratório facultados pela observação flutuante e encoberta.

A vida natural da língua tem por quadro uma miríade de situações de uso da fala geradas na e pela vida quotidiana. A micro-etnografia, observação naturalista da fala-em-interacção, permite descobrir a riqueza das formas, das ferramentas (ingl. *tools*), dos dispositivos (ingl. *devices*), dos métodos, dos recursos que formam a competência comunicativa dos interactantes e os habilitam a tecer a trama das suas interacções.

#### **2.3.1. Situação 1 - «O quê?»: reciclagem do enunciado e do seu padrão entoacional**

##### **2.3.1.1. Registo comportamental**

Em Agosto 2009, numa rua de Alcochete, observei e anotei mentalmente uma interacção verbal entre jovens, que presenciei sem nela participar, ao abrigo da regra de desatenção cortês que vigora entre desconhecidos em meio urbano (Goffman, 1973: 21-33) ligados apenas por regras de trânsito (Joseph, 1996).

Uma rapariga avistou dois rapazes seus conhecidos (dado apurado numa fase posterior desta curta interacção) que se encontravam à grande distância dela, na outra extremidade da rua, caminhando em direcção diferente. Os rapazes se deram conta da presença dela, e os jovens trocaram olhares, hesitando na conduta a adoptar: a distância era grande; caminhavam em direcções diferentes. Nestas condições, a obrigação ritual de troca de saudações não se aplicava com o mesmo grau de necessidade. Podiam sem ofensa se limitar a acenar de longe e seguir caminho, ou optar por ir ter com a amiga

trocar saudações. A rapariga pus termo à indecisão, iniciando uma curta troca conversacional, que registei mentalmente e transcrevi logo a seguir (passados poucos minutos):

**Trecho 1** (Transcrição aprox. baseada num registo memorial)<sup>20</sup>

- |   |                 |  |
|---|-----------------|--|
| 1 |                 | ((contactos oculares à grande distância))                      |
| 2 | <i>Rapariga</i> | têm muita sorte em poder ir à pra:ia                           |
| 3 | <i>Rapaz 1</i>  | O quê::?   |
| 4 | <i>Rapariga</i> | <TÊ:M:: (.) MUI::TA SO::RTE (.) EM PODER:: (.) I:R À PRA:::IA> |
| 5 |                 | ((Acenos e Sorrisos))  |

Fonte: Caderno de Observações «Binet / 27-01-2009»

### 2.3.1.2. Valor documental

O primeiro valor documental deste trecho, essencialmente heurístico, consiste em mostrar em que medida o padrão entoacional de um enunciado é mantido inalterado em caso de reciclagem, elicitada por um interactante em posição de ouvinte.

A distância separando fisicamente os falantes comprometeu as condições acústicas que regem a audição: o enunciado iniciativo da rapariga reproduzido na segunda linha de transcrição (Lt2) não foi ouvido pelos rapazes, que no entanto notaram visualmente o acto da sua produção bem como o falhanço da sua recepção. No turno imediatamente a seguir (Lt3), solicitaram a sua reciclagem, recorrendo para o efeito a uma das “ferramentas” (*device*) do sistema de sinalização de “erros” que regula as trocas conversacionais: «*O quê?*» (Sacks et al., 1977: 367). Este sistema de sinalização, sujeito a várias configurações envolvendo divisões do trabalho conversacional distintas (auto ou hetero-sinalização; auto ou hetero-reparação), opera de forma imperiosa sempre que é accionado com êxito, forçando, neste caso (hetero-sinalização de um problema auto-reparado), o interlocutor a remediar o problema antes da conversa retomar o seu curso normal. No turno imediatamente a seguir (Lt4) ao da sinalização do problema (Lt3), a falante obtempera sem demora, reciclando o enunciado produzido no seu turno anterior (Lt2), entretanto sinalizado como não ouvido. Ciente da provável fonte do problema, a interactante tenta superar as condições acústicas adversas inerente à distância falando

<sup>20</sup> Convenções de transcrição (simplificada): ver anexo.

mais alto (volume), mais devagar, com pausas mais prolongadas<sup>21</sup>. As alterações no plano prosódico (frequência tonal e alongamento dos segmentos fonológicos), longe de modificarem a curva entoacional do enunciado no acto da sua reciclagem, procedem à sua amplificação (e estratificação)<sup>22</sup>.

Tal observação apoia a hipótese referente à centralidade do valor semântico-pragmático da entoação na produção do sentido dos enunciados em contextos interaccionais (Binet, 2000), o que explicaria o cuidado prestado à sua reprodução (amplificada) em casos de reciclagem, elicitados “naturalmente”, sem intervenções exteriores. Por isso, o valor accional do enunciado original é preservado no acto da sua reciclagem mediante a fiel reprodução do seu padrão entoacional. É este papel fulcral da entoação que permitiria, por exemplo, explicar um importante facto realçado por Adriano Duarte Rodrigues: «*um mesmo conteúdo proposicional pode integrar uma grande diversidade de actos ilocutórios*» (Rodrigues, 2001: 130).

A descrição e a análise deste registo observacional lusófono são ancoradas numa literatura científica liderada por autores principalmente anglófonos estudando interacções locais entre anglófonos. Constatar que o aprofundamento de um estudo “emico” de uma interacção verbal observada (de dentro e de perto) numa dada cultura local produz análises susceptíveis de orientar com tanta precisão e tanta adequação o estudo “emico” de outra interacção conversacional travada noutra língua e pertencente a outra cultura local deixa o etnógrafo desconcertado e algo inseguro<sup>23</sup>. Como sublinhou Moerman (1992: 32), a transculturalidade ou universalidade das regularidades comportamentais evidenciadas pela Análise da Conversação é uma questão fundamental para os antropólogos. Por agora, limito-me a sinalizar a questão, e prossigo a minha investigação micro-etnográfica, de acordo com o programa traçado por Moerman: usar

---

<sup>21</sup> Os investigadores da chamada escola d’Aix-en-Provence tiveram em atenção este fenómeno no protocolo experimental que operacionalizaram para constituir um dos seus corpora possibilitando o estudo dos padrões entoacionais dos vocativos, pedindo aos locutores que gravaram de chamar por duas vezes alguém mencionado numa ficha, imaginando primeiro que esta pessoa se encontrava à proximidade e, no segundo apelo, a uma maior distância (Rossi et al., 1981: 101).

<sup>22</sup> O acto da reciclagem é marcado como tal por índices prosódicos cujo acréscimo modificam levemente o padrão entoacional do enunciado original. Estas marcas prosódicas, não capturadas pelo presente registo, modalizam o acto da reciclagem, comunicando, por exemplo, num novo estrato semântico-pragmático, a adesão ou a falta de paciência do falante forçado a se repetir pelo facto do sistema de sinalização de erros e de problemas ter sido accionado pelo alocutário (Selting, 1988).

<sup>23</sup> «*Paradoxalmente, é a própria heurística desta grelha observacional extensível com êxito a múltiplas ou até a todas as culturas que expõe a Análise da Conversação a sujeitar-se a um intenso debate no quadro disciplinar da antropologia. O seu alcance intercultural autoriza a AC a candidatar-se ao estatuto de teoria etic capaz de apurar e descrever estruturas e funcionamentos comuns às interacções conversacionais observadas em diversas culturas*» (Binet, 2010: 6-7).

as regularidades da organização conversacional como ferramentas de pesquisa etnográfica em múltiplos terrenos de observação.

Este primeiro registo comportamental exemplifica bem a riqueza de uma observação desarmada e flutuante efectuada de dentro as malhas situacionais muito variadas do quotidiano, nichos ecológicos da linguagem e dos seus usos. Mas fica também patente uma série de limitações: se adoptamos por termo de comparação uma gravação ou uma filmagem, este registo só muito dificilmente poderia ser considerado “primário” (Baude, 2006: 54) de tão distante se revela do acontecimento que pretendeu capturar. Os fenómenos prosódicos e entoacionais que ambiciona retratar foram registados de uma forma grosseira e aproximada, não passível de reescutas, de retranscrições e de verificações intersubjectivas (em *Data Session*, por exemplo). Este dado «*mostra mas não demonstra*» (Scheer, 2004), contribuindo em construir um observável, inseparável de situações e co-textos conversacionais locais que ajuda a delimitar: a manutenção do padrão entoacional em caso de reciclagem de um enunciado. Este dado, insuficiente em si mesmo para servir de base à produção de um conhecimento consolidado sobre o fenómeno que contribuiu heurísticamente em circunscrever, convida à recolha de um corpus de casos múltiplos.

### 2.3.2. Situação 2 - «Vai lá»: o lúdico e o sério como negociação

#### 2.3.2.1. Registo comportamental

O segundo registo observacional se situa no pólo oposto do *continuum* da participação (quase nula / plena): trata-se de uma sequência (ou modulo) conversacional ocorrida em contexto familiar, em casa, em janeiro 2010, na qual participo. Na transcrição, autorizada, os locutores são identificados com referência às categorias de parentesco que definem os seus respectivos lugares identitários no quadro institucional da família.

**Trecho 2** (Transcrição aprox. baseada num registo memorial)

- |   |               |  |
|---|---------------|--|
| 1 | <i>Esposa</i> | vem comigo até a veranda                 |
| 2 | <i>Marido</i> | não (.) com esta tosse (.) é uma asneira |
| 3 | <i>Esposa</i> | vai: lá::                                |

4	<i>Marido</i>	não
5	<i>Esposa</i>	(reiteração do convite)
6	<i>Marido</i>	(reiteração da recusa)
7	<i>Esposa</i>	(reiteração do convite)
8	<i>Marido</i>	(reiteração da recusa) (etc.)

Fonte: Caderno de Observações «Binet / 27-01-2009»

### 2.3.2.2. Valor documental

Traço atestado em muitos modulos conversacionais, esta sequência multiturnos tem por base de organização um par adjacente (Schegloff, 2007: 9 e 26-27), que, neste caso, consiste num convite, pelo menos num primeiro estrato semântico-pragmático.

A primeira parte do par adjacente (PPP) (Lt1), performada pela esposa, inicia a sequência, convidando o marido a ir com ela até a veranda. A formulação do convite mantém implícito o seu propósito. Os saberes partilhados por ambos, ricos da história da relação conjugal, permite ao marido inferir o teor do convite. A esposa o convida a ir até a veranda para realizar duas acções: conversarem, actividade de sociabilidade por excelência, enquanto ela fuma. À semelhança dos actos de comer e de beber, fumar funciona em muitos contextos (laborais, nomeadamente) como recurso interaccional para convocação (realizada pela acção verbal de convidar) de momentos de sociabilidade conversacional, com ou sem suspensão temporária de outra acção eventualmente em curso.

Acontece que, no contexto relacional considerado, o acto de fumar é marcado negativamente: uma história conversacional centrada na necessidade da esposa cessar de fumar (por motivos de saúde) forma um *co-texto tacito*<sup>24</sup> que pesa sobre a formulação do convite e o curso de acção que projecta realizar. Uma das acções projectadas pelo convite, fumar, deixou de ser consensual. O convite vale, num segundo estrato semântico-pragmático, como “pedido de renovação de uma autorização pontual” para fumar. No termo de conversas anteriores, o acto de fumar, até então não sujeito a restrições, tinha sido redefinido colaborativamente como errado e, por conseguinte e de comum acordo, proscrito. Este convite activa e reabre a negociação conjugal sobre o consumo de tabaco. A modalização enunciativa (efectuada entoacionalmente) do convite limita o alcance pretendido por esta renegociação do acordo conjugal “ilegalizando” o acto de fumar. A entoação lúdica confere um

<sup>24</sup> É interessante notar que o co-texto tacito é convocado e reactualizado em cada acto (iniciativo e reactivo) do par adjacente.



caracter “não sério” a este pedido de renegociação. A teoria goffmaniana dos Eus múltiplos (Goffman, 1972: 118) permite descrever adequadamente esta negociação. Não é o Eu adulto, responsável, firmamente vinculado aos acordos que celebra que faz ouvir a sua voz. É sim a voz de um Eu infantil e brincalhão requerendo uma tolerância benevolente lhe permitindo derrogar pontualmente a aplicação de uma lei. O lúdico permite abrir um espaço de jogo em torno das normas a cumprir numa dada situação. Para tal, o falante dispõe de padrões entoacionais que permitem modalizar enunciados implicados num processo negocial. Um pedido modalizado como sério pode anular um acordo anterior. Modalizado como não sério, o “mesmo” pedido se limita a requerer, «uma vez sem exemplo», a suspensão do acordo, sem pretender ameaçar ou questionar a sua validade. O ponto aqui focado é importante: por recurso ao lúdico, os interactantes podem renegociar localmente a força das coerções normativas que incidem sobre eles. Podem derrogar a uma norma sem terem de prestar longamente contas por isso (*accountability*). São meios comunicativos, em grande parte entoacionais, que potenciam este recurso ao lúdico em situação de interacção.

Este secundo valor accional (pedido lúdico de derrogação autorizando «uma vez sem exemplo» o acto de fumar) era entoacionalmente marcado no acto iniciativo que abriu a sequencia (Lt1). O marido poderia ter alinhado com um «*Si::m*» ou um «*o:k::*» cúmplice, realizado num tom igualmente lúdico (como ocorreu em interacções anteriores não descritas aqui). Tratar-se-ia de uma segunda parte do par adjacente (SPP) preferida: a acção projectada pela PPP se iniciaria e desenrolaria “normalmente” (Schegloff, 2007: 58-63). A sequencia de convite-pedido teria sido completada em dois turnos. Com efeito, as SPP preferidas são dotadas de um maior poder de completar e encerrar sequências conversacionais. As SPP não preferidas têm um menor poder de completude e encerramento das sequências. É precisamente o que documenta o caso aqui considerado (Lt1-8): recusado, o convite-pedido é reiterado várias vezes, por uma forma que elicit o acordo, de um modo lúdico: «*vai: lá::*».

Na segunda linha de transcrição (Lt2), o marido recusou o convite e negou à sua esposa o seu consentimento para fumar, justificando a sua tomada de posição (*account*), com recurso a uma entoação séria. O fenómeno que é heurísticamente evidenciado por esta observação casual foi recentemente abordado por Wolff-Michael Roth e Kenneth Tobin (2010): os alinhamentos e desalinhamentos prosódicos das SPP em relação às PPP constituem um recurso interaccional para exprimir e gerir acordos e desacordos na fala-em-interacção.

A conflitualidade modifica os padrões regulados e reguladores da interacção conversacional em vários níveis. Neste caso (atestado na literatura; Schegloff, 2007: 63), a resposta do marido, não preferida, é produzida com uns dos traços que definem as SPP preferidas: prontamente, sem demora. Esta resposta negativa dada com assertividade manifesta a indisponibilidade do marido em entabular uma negociação.

Os «não» de recusa do convite não são modalizados como lúdicos, contrastando com o padrão entoacional da reiteração do pedido: por este meio, o marido significa que quer que o acordo de cessação do consumo de tabaco seja levado a sério. Um dos dois deverá ceder, se rendendo à posição do outro. A história conversacional continua...

### **2.3.3. Situação 3 – Relato de um conflito e pedidos de afiliação: dupla escalada agonal e tonal**

#### **2.3.3.1. Registo comportamental**

Junto a uma estação da CP da zona de Lisboa, num dia útil do ano de 2009, às 07h45, duas mulheres interagem verbalmente, manifestando um laço de amizade e, pelo teor da sua conversa, uma co-pertença a um mesmo contexto laboral. Estão paradas num local sinalizado como «paragem de autocarro», se candidatando deste modo a apanhar um meio de transporte na qualidade de passageiras, reservando pelo seu comportamento motor a sua vez na fila de espera que aguarda a chegada do veículo.

Eu estou sentado ao volante do meu carro, estacionado nas imediações da paragem. Estou semi-atento, sempre pronto a observar e anotar. Mas até a minha atenção se focalizar num dado acontecimento interaccional, a minha observação flutua de um possível foco de atenção a outro. Eu reparo nestas duas mulheres e no estado relacional vigorando entre elas ( “*continuing state of incipient talk*” ; Schegloff & Sacks, 1973: 325), que pode gerar interações verbais dignas de registo. De repente, acontece o seguinte episódio conversacional: uma das mulheres, que passo a designar como «falante 1» ou «falante primária» (Almeida, 2009), habilita-se a produzir um turno de fala de longa duração, pré-anunciando que tem uma história para contar (em termos que não fixei, porque a minha atenção não era ainda focalizada sobre a sequência verbal que estava a ser iniciada). Se segue o relato de um conflito em contexto laboral de que a falante primária foi uma das protagonistas, que não capturei no seu detalhe. Eu previ, sem me enganar, que a conversa, demorada, escaparia no seu todo à minha capacidade de registo mental. Focalizei a minha atenção nos sinais de retorno da falante secundária em posição de ouvinte, bem como nos padrões entoacionais de ambas as falantes.

**Trecho 3** (Transcrição aprox. baseada num registo memorial)

- |    |                  |                                       |
|----|------------------|---------------------------------------|
| 1  | <i>Falante 1</i> | (relato de um conflito)               |
| 2  | <i>Falante 2</i> | sim?                                  |
| 3  | <i>Falante 1</i> | (relato do conflito)                  |
| 4  | <i>Falante 2</i> | não?!                                 |
| 5  | <i>Falante 1</i> | (relato do conflito)                  |
| 6  | <i>Falante 2</i> | fogo!                                 |
| 7  | <i>Falante 1</i> | (relato do conflito)                  |
| 8  | <i>Falante 2</i> | isso agora!                           |
| 9  | <i>Falante 1</i> | (relato da replica final do conflito) |
| 10 | <i>Falante 2</i> | exatamente (.) claro                  |

Fonte: Caderno de Observações «Binet / 27-01-2009»

### 2.3.3.2. Valor documental

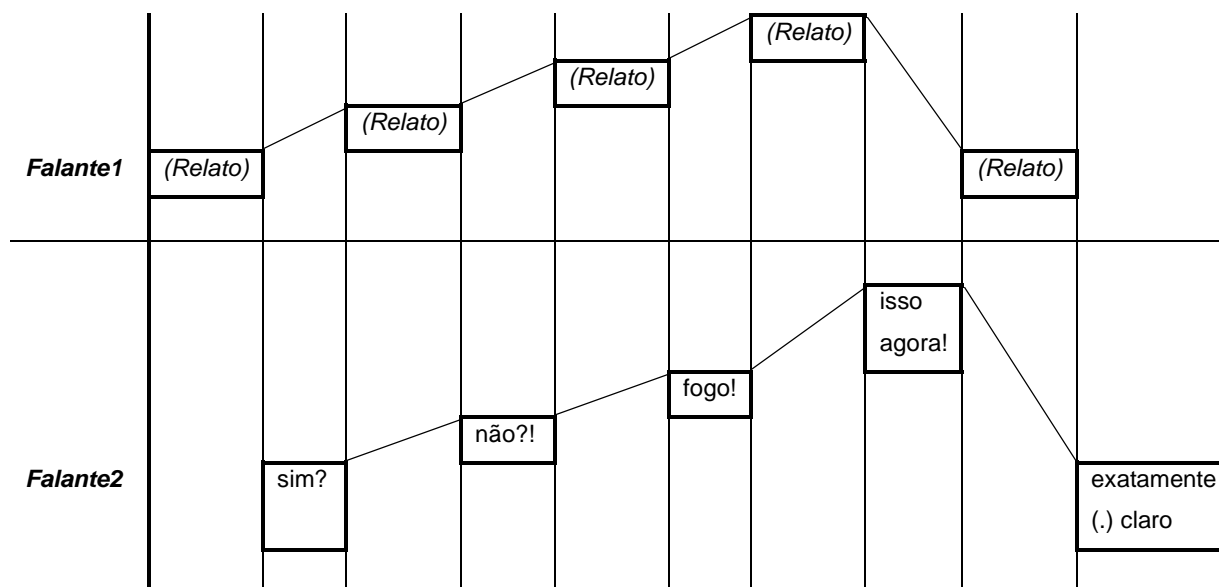
Compridos, os quatro primeiros turnos da falante primária (Lt1, Lt3, Lt5 e Lt7) relatam um conflito com um colega de trabalho, reproduzindo ao estilo directo falas que o colega lhe endereceu, cujo carácter ofensivo para a face da falante 1 vai crescendo de turno em turno. Esta escalada das ofensas sofridas é acompanhada por uma subida gradual da frequência tonal a medida que o relato prossegue, de turno em turno, culminando no duplo plano agonal e tonal com a reprodução de uma fala do colega (Lt7) com valor de censura, encarada como muito ofensiva (Fig. 1). Esta agressividade verbal não ficou sem resposta: no final desta sequência de narração de um conflito, a falante primária reproduz ao estilo directo a replica que deu ao colega, num último turno (Lt9) produzido numa frequência tonal muito mais baixa do que o turno anterior (Lt7). Os valores centrais das frequências tonais destes cinco turnos formam um contorno entoacional que tem por unidade de realização a sequência no seu todo, marcando o seu inicio, a sua prossecução e o seu termo. Os cada quatro primeiros turnos da falante primária são finalizados por uma subida tonal (cada vez mais alta), seguida de uma pausa, «*slot*» convidando a ouvinte a ratificar por um breve *backchannel* (que, longe de efectivar uma alternância de vez, incentiva o falante primário a continuar; Almeida, 2009) o carácter ofensivo das falas reproduzidas e a se solidarizar com a indignação crescente entoacionalmente expressa pela falante 1. As subidas tonais seguidas de uma pausa valem como pedidos de afiliação, elicitando sinais de retorno de valor afiliativo. Esta vez, a ouvinte aceita endossar o papel de apoiante para o qual é convocada, produzindo sinais de retorno entoacionalmente alinhados com o turno imediatamente anterior (Roth & Tobin, 2010). Assim alinhadas, as frequências tonais dos seus cinco

*backchannels* (Lt2, Lt4, Lt6, Lt8 e Lt10) acompanham e reproduzem o contorno entoacional formado pelos cinco turnos da falante primária (Fig. 1).

O alcançar do ponto de completude de uma sequência de enumeração de uma população de objectos é frequentemente sinalizado entoacionalmente por uma descida da frequência tonal (mais ainda quando a sua extensão é desconhecida do ouvinte) (Rossi et al., 1981: 312; Lacheret-Dujour & Beaugendre, 2002: 31-2). Uma sequência narrativa desempenha sempre uma função enumerativa de actos e cenas pautando o desenrolar de um dado acontecimento. Sugirimos a título de hipótese que a descida tonal constatada no turno em posição final da falante primária (acompanhada pela ouvinte no último turno da sequência) é uma ferramenta (*tool*) permitindo ao narrador sinalizar e performar o desfecho final do seu relato.

Não posso deixar de reiterar a seguinte chamada de atenção: uma transcrição aproximativa apoiada num registo memorial proporcionado por uma observação desarmada e casual mostra sem demonstrar, aponta direcções de pesquisa mediante o levantamento de hipóteses, circunscreve observáveis e esboça análises inconclusivas que aguardam comprovações posteriores, e pouco mais. O seu valor é heurístico, convidando à consolidação da investigação em direcções definidas, pela constituição de corpora de gravações, dados estes sim passíveis de escutas e análises repetidas (Schegloff, 2007: 26).

**Fig. 1** - Contorno entoacional de uma sequência multiturnos: narração agonal (Trecho 3)



<i>Linhas de transcr.</i>	Lt1	Lt2	Lt3	Lt4	Lt5	Lt6	Lt7	Lt8	Lt9	Lt10
-----------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------

### 2.3.4. Situação 4 –

#### 2.3.4.1. Registo comportamental

**Trecho 4** (Transcrição aprox. baseada num registo memorial)

- |   |              |                     |
|---|--------------|---------------------|
| 1 | <i>Amiga</i> | gostas de camarões? |
| 2 | <i>Amigo</i> | gosto               |
| 3 | <i>Amiga</i> | g↑o:sto             |

Fonte: Caderno de Observações «Binet / 05-02-2011»

#### 2.3.4.2. Valor documental

### 2.3.5. Situação 5 –

#### 2.3.5.1. Registo comportamental

#### 2.3.5.2. Valor documental

## 2.4. O quotidiano como instância de comprovação ?

## 3. Corpus documental e consolidação da investigação

As notas descritivas e analíticas resultantes da prática da observação flutuante e encoberta podem ganhar a forma de um Corpus. Mas as múltiplas tarefas inerentes à constituição de um corpus, que potenciam a organização progressiva dos dados e a sua análise, exercem neste caso um efeito em retorno muito limitado sobre o planeamento e a execução da recolha, limitação frustrante.

Um exemplo: observei casualmente e de forma isolada “birras” infantis<sup>25</sup> e a sua regulação interaccional por adultos. Estou convencido de que se trata de um objecto de estudo muito interessante, passível de uma abordagem micro-etnográfica. Atribuo ao método da observação flutuante e à sua heurística o mérito de ter chamado a minha atenção sobre um fenómeno interaccional que considero importante. Mais: elaborei ao abrigo deste método umas notas de descrição e de análise destas observações pontuais e isoladas, passíveis de serem convertidas em orientações e instruções para a recolha de novos dados. Mas o método da observação flutuante e encoberta não permite passar daí e seguir em frente. O serviço que prestou, precioso, rico, acabou neste preciso ponto. Chega o momento de realizar pesquisas de terreno, no sentido clássico do termo, que autorizam a intencionalização e o planeamento de novas recolhas em terrenos formalmente abertos.

Antes de abordar este novo rumo da investigação, que encontra na constituição de um Corpus um meio de consolidação das suas análises, quero tecer uns comentários preliminares que incidem sobre (3.1.) o valor documental dos dados (fixado no e pelo paradigma da investigação), fora e dentro de um corpus; (3.2.) as operações de decomposição/recomposição analítica implicadas na construção dos “dados”; no intuito de precisar a sinergia que se estabelece entre as metodologias qualitativas e quantitativas no desenho investigativo (3.3. *Os fundamentos qualitativos da quantificação*).

### **3.1. O “dado empírico” e o seu valor documental**

Produtor de um corpo de saberes documentados, a competência científica do investigador assenta na sua capacidade de apuramento do valor documental dos

---

<sup>25</sup> “Birras” entre aspas: a linguagem vulgar categoriza como “birra” comportamentos interaccionais que a análise é susceptível de discriminar e recategorizar em tipos e/ou subtipos diferenciados. Sobre a terminologia e a metalinguagem do analista no trabalho investigativo, ver Binet & Freitas (2010: 293-4).

“dados”. O uso das aspas (“dados”) chama a atenção sobre o seguinte ponto: comportamentos, discursos, artefactos são convertíveis em dados dotados de valores documentais mediante o seu registo e a sua restituição dentro das fronteiras de um paradigma teórico-metodológico. A investigação é um acto teórico de apuramento do valor documental de itens acessíveis à pesquisa. Cada projecto de investigação se auto-define e se auto-fundamenta fixando o valor documental dos “dados” que pretende recolher, organizar e analisar (Charaudeau, 2009).

Os próprios actores sociais produzem e organizam informações e registos documentais para planear, executar, certificar e avaliar de forma concertada as suas acções. O questionamento científico renova os valores documentais desta produção documental primária. O interesse que lhe presta o investigador pode ser alheio ao interesse que lhe conferem os actores na origem da sua produção. Distinto do seu valor de utilidade, o valor científico de um documento primário é fixado mediante o seu registo, a sua restituição e a sua análise no âmbito de uma investigação.

A investigação produz os seus próprios documentos que armazena e organiza em corpora documentais, recorrendo a métodos e técnicas de recolha e de análise de dados.

Um caso único resultante de uma observação pontual pode ser dotado de um elevado valor documental (Ginzburg, 1989). Daí o alcance da observação flutuante e naturalista. Este ponto precisa de ser sublinhado. Os valores documentais de um caso isolado não dependem todos no mesmo grau do corpus de outros casos reunidos à sua volta. A metodologia qualitativa não aceita subordinar por completo o valor documental de um dado à sua integração num conjunto mais vasto de dados recolhidos com recurso a técnicas de amostragem (Suassuna, 2008: 352-6).

A descrição detalhada<sup>26</sup> de um dado único permite documentar a organização conjunta de uma dada acção realizada num contexto interaccional preciso. O alcance geral da análise de um caso único mantém-se indefinido. Não tenho bases empíricas para generalizar com precisão os resultados da minha observação. Mas isso não invalida nem deve desencorajar o trabalho descritivo e analítico do investigador. Descrevo uma possibilidade de organização de uma acção concertada de um certo tipo, atestada

---

<sup>26</sup> Descrição detalhada e minuciosa, aos antípodas da “interpretação inspirada” e do “essayisme” (Amiel, 2004: 70). «*La véridicité sociologique suppose l'abdication laborieuse des plaisirs herméneutiques de l'interprétation "majorante"*» (Passeron, 1996).

empiricamente no caso singular pertencente a uma cultura localmente observada. A riqueza da análise incidindo sobre um caso único (ou sobre cada caso de um corpus de casos múltiplos) é um aspecto decisivo da produtividade científica da investigação.

O facto de Malinowski (1963) se revelar incapaz de indicar se todas ou apenas uma parte precisamente quantificada (65 % ou 65,278%, por ex.) das canoas das Ilhas Trobriand eram construídas de acordo com as cadeias operatórias e as acções rituais por ele observadas no terreno não desqualifica o saber bem documentado que elaborou. Retomando um argumento de Garfinkel, não são percentagens e informações quantitativas deste teor mas sim as descrições documentadas do observador de terreno que melhor contribuem em habilitar o investigador a dominar e reproduzir em contexto real o “saber-fazer” dos interactantes.

### **3.2. Granularidade descritiva e Unidades de análise: caso/dado único e casos/dados múltiplos**

O recorte das unidades de análise é um acto teórico-metodológico, como tive o cuidado de sublinhar na primeira secção da primeira parte deste texto (*1.1. Situações: o recorte de uma unidade de análise de escala interaccional*). As unidades de análise, longe de formarem uma lista fechada, igual a si própria desde a aparição das ciências sociais e humanas (acontecimento alias difícil de datar com precisão), são permanentemente reconstruídas de cada vez que emerge e se consolida uma nova área disciplinar ou um novo paradigma. A história das ciências se confunde por uma parte importante com a criação, a invenção, a (re)descoberta de unidades de análise.

A granularidade de uma descrição e a pertinência dos seus detalhes, o número de pixéis a usar na captura descritiva de um observável, são questões complexas nunca tidas por resolvidas uma vez por todas<sup>27</sup>. Cada caso/dado pode ser analiticamente decomposto e então formar um “corpus de dados” passíveis de uma análise comparativa e contrastiva. Assim, por exemplo, ao analisar a transcrição de uma única gravação, posso comparar a gestão da alternância de vez ou as formas de trato observáveis nas várias sequências da interacção registada. A análise é um processo de decomposição e recomposição dos “dados” que converte um “caso” ou uma “ocorrência” de um acontecimento

---

<sup>27</sup> «In describing a role there is (...) a problem of how much detail to give (...)» (Goffman, 1972: 75).



interaccional de um tipo definido num conjunto de subconjuntos de “dados”, objecto de um intenso e detalhado trabalho investigativo. A granularidade do olhar descritivo e analítico (Schegloff, 2000) converte um “caso único” em dados múltiplos.

A delimitação da unidade em análise não é dada mas sim teórica e metodologicamente construída no seio de um projecto de investigação pertencente a um dado paradigma. O caso único que constitui a unidade de análise de uma pesquisa monográfica pretendendo documentar todas as facetas da vida de uma organização empresarial, por exemplo, é um corpus de dados múltiplos recolhidos mediante vários métodos (observações directas e participantes, entrevistas, estudos de “documentos primários”, etc.) junto de diversas fontes. Um estudo de caso único pode ser reabordado micro-etnograficamente como um corpus de observações múltiplas, um corpus de «subcorpora» (Moirand, 2004).

### **3.3. Os fundamentos qualitativos da quantificação**

Os estudos qualitativos não são meros subprodutos de uma actividade científica que encontraria nos métodos quantitativos o seu referencial máximo. As informações que servem de base aos estudos quantitativos são recolhidos por sistemas de registo e de classificação que constituem uma série de filtros a analisar como tais (Cicourel, 1964), funcionando em parte numa base interaccional. Os estudos quantitativos medem simultaneamente os fenómenos e o funcionamento dos sistemas de registo dos mesmos. A quantificação assenta em operações de contagem de unidades agrupadas em categorias distintas geradas por sistemas classificatórios pertencentes em larga medida ao senso comum (institucionalmente garantido), entrados de contrabando na instrumentalização do olhar quantificador : «(...) *a ordem social deve em parte a sua permanência ao facto de impor esquemas de classificação que, ajustados às classificações objectivas, produzem uma forma de reconhecimento desta ordem, que assenta no desconhecimento da arbitrariedade dos seus fundamentos*» (Bourdieu, 1981: 69).

Os estudos qualitativos permitem verificar a adequação das classificações e categorizações introduzidas na operacionalização dos instrumentos de recolha e quantificação, às classificações e categorizações que organizam de dentro uma região do mundo social, contributo importante em caso de desadequação dos esquemas

classificatórios de investigadores pouco familiarizados com esta região. As categorias de identificação das unidades de um extenso universo populacional usadas em questionários arriscam simplificar e empobrecer a apreensão das construções identitárias negociadas em contextos interaccionais, cuja riqueza é evidenciada por estudos intensivos. Micro-estudos das classificações mútuas de interactantes envolvidos numa mesma situação permitem guiar e enriquecer as variáveis operacionalizadas na elaboração de um questionário a aplicar nas fronteiras do meio social correspondente. Os mesmos dados qualitativos, que documentam *principios de visão e de di-visão* (Bourdieu, 1981) operantes *in situ*, ligados à organização de campos sociais de maior escala, contribuem em validar ou invalidar resultados obtidos por métodos quantitativos. Importantes estruturas da sociedade se dão a observar nas situações interaccionais (Binet, 1998: 18 ; Erickson, 2004).

A análise intensiva e qualitativa de um caso único pode servir de base ao planeamento de um corpus de casos múltiplos<sup>28</sup>, que, mediante a aplicação de técnicas estatísticas, poderá reivindicar o estatuto de amostra representativa de um vasto universo, autorizando a quantificação de certas análises e a generalização precisa de parte dos resultados. Mais ainda: é a análise qualitativa que fixa, pelo menos em parte, a agenda dos estudos quantitativos, gerando questionamentos que orientam a componente estatística da investigação. Convém insistir e repetir: a análise intensiva e qualitativa de casos únicos é um dos fundamentos da quantificação.

### **3.4. Intencionalização, planeamento e formalização da presença/participação do observador: o corpus como horizonte**

Sem prejuízo do valor documental de um caso único recolhido por observação flutuante, a constituição de um corpus de casos múltiplos possibilitando a análise transversal de fenómenos comparáveis (Traverso, 2005: 26-7) é uma etapa importante em ordem a consolidação da investigação<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> «*Quelques cas peuvent suffire à créer le cadre théorique de nouvelles observations qui n'auraient pu être conceptualisées et ne pourraient être menées ou prolongées sans la découverte de ces « cas » privilégiés. La pure et simple possibilité de concevoir des « faits » nouveaux obligeant à constituer d'autres corpus est l'exemple même de l'acte théorique qui, dans une enquête empirique, transforme l'information en connaissance*» (Passeron, 1995).

<sup>29</sup> «*C'est la preuve administrée par une comparaison entre observations qui fonde dans les sciences sociales la vulnérabilité empirique des théories*» (Passeron, 1996).

Abdicando do seu carácter “flottant”, o programa se focaliza sobre fenómenos circunscritos, cuja definição e caracterização intensiva guia a extensão da recolha. O investigador deixa de obedecer às injunções de pesquisa de terrenos encontrados ao acaso, ao sabor da vida diária. Ele intencionaliza a sua observação, seleccionando terrenos a abrir susceptíveis de proporcionar a recolha de dados relevantes em ordem o estudo de fenómenos precisos.

As instituições, estruturas geradoras de acontecimentos interaccionais análogos (Erickson, 2004: 185), são dotadas de malhas territoriais e de calendários e horários que delimitam terrenos a abrir e situações a registar em ordem a constituição de corpora: atendimentos de acção social, sessões de tribunais, aulas, jogos, comensalidade, reuniões técnicas, casamentos, consultas médicas, entrada numa livraria e procura de um livro, etc.

A abertura formal de terrenos seleccionados pela sua relevância, do ponto de vista de objectivos investigativos definidos com maior precisão, se torna cada vez mais necessária para uma questão de produtividade da pesquisa de terreno. A moralização do olhar que daí resulta permite sossegar a observação (Soudière, 1988), dentro dos limites acima assinalados<sup>30</sup>. O investigador pode assumir o seu papel de observador, registando e triangulando abertamente os dados pela aplicação de vários métodos.

Convém no entanto lembrar que a abertura de terrenos para efeitos de gravação, ou, mais complicado ainda, de filmagem, não é uma tarefa fácil, o que constitui um travão à constituição de corpora. Com frequência, os pedidos de consentimento são recusados ou, simplesmente, deixados sem resposta. Os profissionais solicitados são por regra geral relutantes a se expor, receando sujeitar o seu desempenho laboral a eventuais avaliações críticas. É preciso conquistar a confiança dos actores desafiados a participar, dando garantias de protecção do seu anonimato e clarificando a atitude que preside ao estudo do seu trabalho.

Ao solicitar a sua entrada numa área profissional, num meio institucional, o investigador não se apresenta como portador de um saber o autorizando a avaliar e criticar de fora e numa atitude de pretensa superioridade o desempenho dos profissionais convidados a colaborar. A atitude do investigador é oposta: de acordo com

---

<sup>30</sup> Não existem terrenos totalmente abertos à observação. Ver Saini, 2006: 24-5.

a perspectiva emica que define a etnometodologia, os profissionais são os peritos dos seus próprios desempenhos, dotados de saberes e competências exercidas nos contextos interaccionais constitutivos da sua profissão. *Habitus* incorporados nas práticas (Bourdieu, 1986) mais do que articulados em discursos (gerados em situação de entrevista, por exemplo), este capital de saberes e competências é passível de valorização e reconhecimento mediante o registo em contexto real das práticas profissionais. Plurais e reinventadas (de Certeau, 1990 ; 1993) nos micro-terrenos do seu exercício, a riqueza das culturas profissionais é tornada observável pela malha descritiva e analítica da pesquisa micro-etnográfica, sob reserva dos próprios profissionais consentirem na gravação ou filmagem das suas actividades.

Estas dificuldades de abertura de terrenos condicionam fortemente a constituição dos corpora. Consequência: em muitos casos, os corpora são recolhidos não em conformidade com técnicas de amostragem mas sim conforme as oportunidades surgidas ou provocadas pelas diligências dos investigadores. Considerada à luz do *etos* de caçadores de dados trilhando um mundo de possibilidades limitadas, a capacidade dos investigadores em agarrar e tirar partido de oportunidades raras é determinante. Fazer de necessidade virtude é tanto mais fácil quando os investigadores operacionalizam abordagens teórico-metodológicas que os habilitam a apreciar o valor documental de dados já não únicos mas sim múltiplos, organizados em corpora.

Subordinada à abertura, difícil e incerta, de terrenos, a acessibilidade dos dados tem um peso considerável na constituição dos corpora e na definição das orientações de pesquisa das unidades de investigação. Ao sublinhar o carácter “oportunístico” do seu corpus, o pesquisador, que conhece demasiado bem a força das restrições que actuam no mundo de pequenos mundos de entrada condicionada onde opera, não pretende desvalorizar os seus dados mas, bem ao contrário, salientar o quanto preciosos são.

### **3.5. O Corpus como meio e ambiente de trabalho**

O corpus não é um espaço neutro de arquivamento passivo ou mero depósito dos dados. É um espaço de organização e de reorganização activa da informação, que auxilia e contribui directamente na sua análise. É um local de tratamento da informação envolvendo tarefas múltiplas que potenciam a heurística e a produtividade de uma

investigação<sup>31</sup>. Indexar cada registo documental e respectivos metadados, nele isolar e etiquetar conteúdos que interessam à luz de uma pesquisa particular, de acordo com descritores (que se sujeitam às injunções paradoxais da adequação às especificidades de cada documento e da padronização das descrições, potenciadora das comparações), é indissociavelmente um trabalho de organização do corpus e de análise dos seus dados.

Dado primário, ligado de perto ao acontecimento em estudo, cada novo registo documental dando entrada no corpus é alvo de uma cadeia de operações que o duplicam, transformam e analisam, gerando dados secundários (Baude, 2006: 54-5). No nosso corpus ACASS [*Análise da Conversação Aplicada ao Serviço Social - Corpus de gravações de atendimentos de acção social*], a transcrição de uma gravação, por exemplo, gera vários documentos derivados da gravação original: a pasta aberta para armazenamento do (1) ficheiro áudio de formato .wav da gravação original passa a conter a (2) ficha de identificação (metadados), o (3) ficheiro de formato .eaf gerado pelo ELAN, programa de transcrição e anotação (temporalmente alinhadas com a gravação áudio) das falas de cada interactante, o (4) ficheiro em formato .doc da transcrição (integral e parcial) resultante, se necessário em duas versões, (4.1) com e (4.2) sem as anotações. (5) Ficheiros de análise acústica e prosódica de segmentos da gravação, gerados pelo programa PRAAT<sup>32</sup>, podem ainda ser acrescentados, conforme as necessidades de uma dada pesquisa. Estes ficheiros são, por sua vez, alvo de operações analíticas na origem da produção textual dos membros da equipa de investigadores.

Um vasto programa de investigação abrangendo várias pesquisas dotadas de objectivos específicos pode ter por base empírica um único e mesmo corpus, plataforma de colaboração e de trabalho em equipa. As vidas múltiplas de um corpus não acabam aí: outras equipas de investigadores podem solicitar o acesso aos seus dados para análises secundárias pertencentes a outras agendas investigativas (que não presidiram à sua recolha).

Um exemplo: a leitura atenta e sistemática de um único livro centrado sobre um dado tópico pode ser o ponto de partida de uma pesquisa bibliográfica selectiva que dará origem ao núcleo de uma biblioteca em construção. A leitura do primeiro livro pode

---

<sup>31</sup> Todos «(...) os projectos [investigativos] comigo começam e terminam [nos meus arquivos, corpus de corpora], e os livros são simplesmente o resultado organizado do trabalho que neles se processa constantemente (...)» (1980 : 217), escrevia Mills.

<sup>32</sup> <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>

gerar um corpo articulado de palavras-chave, instruções que indicam direcções a seguir para iniciar e proceder à pesquisa bibliográfica. Se a aquisição dos livros seleccionados (com a ajuda de bibliografias e bibliotecas já constituídas, ponto que chama a atenção sobre a importância das colaborações inter-equipas e inter-corpora para o desenvolvimento da comunidade científica) se processa mais rapidamente do que a sua leitura, o leitor se vê rapidamente rodeado de livros ainda por ler, que indexa e arruma de forma organizada e provisória (Pérec, 1985) numa secção reservada a este efeito. A leitura de cada novo livro, que aguardava arrumado nesta secção, pode renovar o corpo de palavras-chave e reorientar a pesquisa bibliográfica ainda em curso. A bibliografia organiza os metadados que identificam e localizam cada livro no seio da biblioteca em construção. O mesmo acto de leitura que contribui em guiar a constituição da biblioteca e a sua organização permite a análise e a anotação dos conteúdos de cada volume. Estas análises do leitor permitem a etiquetagem dos conteúdos de cada livro, matéria informativa passível de ser organizada sob a forma de índices remissivos incidindo sobre cada livro, um subconjunto e/ou todos os livros da biblioteca, dados abrindo a porta a análises transversais e quantitativas. Alcançado um limiar de saturação, a partir do qual o valor documental marginal de cada novo livro é inferior aos gastos exigidos pela sua procura e aquisição, o corpus de livros é fechado, e o trabalho de leitura prossegue, até esvaziar a secção dos livros aguardando a sua análise. O resultado final é uma biblioteca de livros lidos, anotados e interligados que habilita o investigador a produzir conhecimentos consolidados sobre o tópico tratado no primeiro livro.

O corpus constituído por uma Unidade de investigação representa uma parte significativa do seu capital científico. Daí a importância dos investimentos aplicados na sua constituição, na sua ampliação, na sua (re)organização e na sua disponibilização.

### **3.6. Meios auxiliares de registo: incrementar a memória e potenciar a descrição**

São de vários tipos os registos documentais passíveis de serem armazenados e organizados em corpora.

Os registos mentais, guardados em memória pelo investigador, no terreno da sua observação, precisam de serem convertidos em registos escritos para habilitar o

investigador a constituir um corpus de observações. Sem conversão em registos escritos, momento cientificamente chave de transformação/tradução dos dados envolvendo análises e reelaborações dos mesmos, os registos mentais não constituem o ponto de partida de um processo investigativo empiricamente fundamentado e passível de validação intersubjectiva. Mas importa não minimizar a importância inicial e contínua dos registos mentais das observações de terreno na constituição de um corpus de registos escritos sujeitos a reelaborações e múltiplas análises no decurso da investigação. O corpo de registos mentais acumulado no terreno que constitui o saber do etnógrafo continua a fazer autoridade, permitindo completar e corrigir os dados bem como validar as análises.

Ainda não transformados e processados, os registos primários (registos mentais e respectivos registos escritos, gravações, filmagens, etc.), semi-brutos<sup>33</sup>, situados em montante da cadeia operatória do trabalho processado no e pelo corpus, conservam o seu valor de autoridade: o regresso às gravações, por exemplo, é constante. O analista encara uma dada transcrição, registo de um registo, como um dado secundário (Baude, 2006: 55), artefacto que reproduz mais ou menos fielmente o evento de fala capturado (imperfeitamente) na gravação. O rigor do seu trabalho exige sucessivas reescutas e retranscrições das gravações. Um mesmo trecho de transcrição é passível de várias retranscrições, consoante os fenómenos que se pretende evidenciar e estudar.

Os registos memoriais de um pesquisador de terreno, mesmo os capturados por escrito num diário de campo, sob a forma de notas de observação tomadas imediatamente a seguir um dado acontecimento ou durante o seu desenrolar, não sem conflito<sup>34</sup>, são lacunares, limitando o trabalho investigativo passível de ser desenvolvido nessa base.

Novos meios tecnológicos de registo, gravações e filmagens permitem a constituição de corpora de dados que capturam e documentam com uma riqueza de detalhes sem precedentes o desenrolar sequencial de comportamentos interaccionais. Este salto qualitativo no plano dos registos e da granularidade descritiva por eles tornada possível precipitou nos anos 60 a emergência de um novo paradigma investigativo que desde então enriquece as pesquisas realizadas em várias áreas disciplinares: a Análise da

---

<sup>33</sup> Semi-brutos e incompletos (perdas de dados), os primeiros registos, artefactos metodológicos, não são livres de transformações, selecções, distorções: uma gravação não captura as expressões mimico-faciais; uma câmara de filmagem, a intersincronização dos gestos de todos os membros de um grupo conversacional, etc.

<sup>34</sup> Como sabe todo o pesquisador de terreno, observar e anotar são duas linhas de acção que entram em conflito, interferindo uma com a outra.

Conversação (Heritage, 1988: 131 ; Goodwin & Heritage, 1990: 289). Emergente, este paradigma interaccionista delimitou e quadriculou um espaço teórico-metodológico capaz de tirar proveito das novas possibilidades de registo proporcionadas pelo avanço tecnológico (que por si só não teria produzido esta revolução paradigmática).

### **3.7. Fronteiras temporais e espaciais das situações registadas e Tarefas de observação e análise: o redesenho das fases investigativas**

Na observação desarmada, desprovida de meios auxiliares de registo, o trabalho observacional se realiza por uma parte essencial dentro das fronteiras temporais e espaciais das situações estudadas. O material comportamental não mentalmente notado no terreno pelo observador fica perdido. A recuperação memorial de dados mentalmente notados não capturados por escrito é difícil e, à medida que o tempo passa, cada vez mais incerta. A memória do pesquisador de terreno fixa uma trama interraccional aproximativa e grosseira, com uns detalhes des-co-textualizados<sup>35</sup>.

Com o recurso a gravações e filmagens, o trabalho de observação pode se realizar numa fase investigativa posterior ao registo. A tal ponto que as operações de registo (por ex.: verificar as pilhas e o espaço disponível no cartão de memória do gravador ; informar e pedir a autorização para gravar ; ligar e desligar o gravador ; e preencher a ficha de registo com os metadados do acontecimento registado) podem ser confiadas a “pessoas-recursos” que colaboram no terreno<sup>36</sup>, no normal desempenho das suas funções profissionais, tornando desnecessária (pelo menos para a realização dos registos) a presença do investigador no local de cada gravação (Baude, 2006: 59 e 68)<sup>37</sup>.

As capacidades dos gravadores e das câmaras de filmagem no que respeita à captura e à restituição de dados comportamentais ocorridos em situações interaccionais são de tal ordem que, como acabamos de ver, a presença do investigador no terreno de registo é facultativa (sem prejuízo do seu interesse a outro nível de observação).

---

<sup>35</sup> Um dado comportamental “des-co-textualizado” é um dado cujo envolvimento imediato foi perdido pela metodologia de registo usada. O *co-texto* é aqui definido como o conjunto dos elementos verbais, paraverbais e não verbais que acampanham uma dada acção ou que constituem o seu envolvimento imediato (Kerbrat-Orecchioni, 1990: 108 ; Vion, 1992: 105-6 ; Maingueneau, 1997: 31-2).

<sup>36</sup> A pesquisa pode revestir a forma de um trabalho colaborativo juntando investigadores inicialmente exteriores ao mundo social em estudo e sujeitos lhe pertencendo internamente reconhecidos como dotados de um estatuto de membro (Louis & Bartunek, 1992; Saini, 2006: 12).

<sup>37</sup> Um agradecimento especial à Isabel de Sousa (CLAS) e à rede de mais de 20 interventores sociais do Concelho de Sintra que colaboraram de acordo com este modelo, na recolha do Corpus ACASS, mais de 50 horas de gravações de atendimentos em serviços de acção social.



Mediante a utilização de programas computacionais desenvolvidos para este fim, tal o programa ELAN do Max Planck Institut<sup>38</sup>, os dados registados são passíveis de escutas e visionamentos repetidos, para efeitos de transcrição, anotação e análise. Este trabalho de observação minuciosa e de análise se realiza individual ou colectivamente, de acordo com um calendário investigativo independente das fronteiras espaciais e temporais dos acontecimentos registados<sup>39</sup>. As fases de registo e as de observação e análise ganham a sua autonomia respectiva, consagradas pelo desenho de novos cronogramas de pesquisa. A longevidade da vida útil de um corpus, correspondente às fases de observação, transcrição, anotação e análise dos seus dados, precisa de ser explicada aos profissionais que colaboraram no seu registo, sob pena de interpretarem como um sinal de ingratidão a demora dos retornos que a equipa de investigadores ficou moralmente comprometida de prestar (sob a forma de partilhas e discussões de conhecimentos), contra-dádivas que constituem aliás uma oportunidade de dinamização de trocas que constituem outra fase de inquérito (“*member checks*” ou “*follow up interviews*”) (Saini, 2006: 26).

### **3.8. Novas tecnologias de registo e novos saberes: a malha descritiva e analítica da Análise da Conversação**

Fundador da Análise da Conversação (AC), Harvey Sacks (1984) declara que o seu interesse inicial por gravações de interações conversacionais se prendia com o facto de possibilitarem reescutas múltiplas e de serem partilháveis com outros colegas de equipa<sup>40</sup>, no quadro nomeadamente de *Data Sessions* (ten Have, 2005: 123-5), sessões de análise em grupo de trechos de transcrição, parte integrante da tradição investigativa dos analistas da conversação<sup>41</sup>. A sua ligação à etnometodologia, paradigma investigativo traçado por Harold Garfinkel (2007 [1967]), habilitou Sacks a converter uma gravação isolada ou um corpus de gravações em dados dotados de um elevado valor documental.

<sup>38</sup> <http://www.lat-mpi.eu/tools/elan/>

<sup>39</sup> Conquistando um tempo que lhe é próprio, a investigação se emancipa das micro-coerções por ela estudadas, que dominam e organizam o tempo de cada um nos quadros interactivos da vida em sociedade.

<sup>40</sup> «(...) *I started with tape-recorded conversation (...) simply because (...) I could study it again and again (...) and because others could look at what I had studied (...)*» (Sacks, 1984: 26).

<sup>41</sup> Outro agradecimento sentido aos comparsas das *Data Sessions* que enriqueceram e enriquecem o meu percurso investigativo: David Monteiro, Isabella Paoletti, Ricardo de Almeida e o falecido e lembrado Tiago Freitas. Este agradecimento se alarga a todos os membros do GIID-CLUNL, cujas reuniões, sob o impulso e a orientação de Adriano Duarte Rodrigues, proporcionam sempre que possível um espaço de discussão de *working papers* e, por vezes, de análise de dados (*Data Sessions*).

Dados co-textualizados (precedidos e seguidos pelo seu envolvimento imediato), as gravações, ao serem reescutadas repetidas vezes e transcritas pelo Sacks, sociólogo de ouvido apurado e informado por interesses de pesquisa e orientações de análise teoricamente definidos, passaram a constituir registos documentais abrindo um espaço de descobertas. Ao analisar conversações registadas em gravações, Sacks, e um primeiro núcleo de investigadores reunidos à sua volta, entre os quais Emanuel Schegloff, Gail Jefferson e Michael Moerman, que introduziu a AC na área da antropologia sob a designação de *Micro-Etnografia* (Moerman, 1996), descobrem e documentam com descrições detalhadas regras de alternância de vezes, de sinalização e correcção de erros, de organização sequencial das nossas trocas, geradora de uma trama interaccional.

A produção local, conjunta e metódica da ordem de cada interacção se tornou um objecto empiricamente observável; e a análise da conversação, a abordagem dotada do poder de descrição e de análise que melhor se adequa à unidade de análise de escala interaccional recortada por Goffman, Hymes e Garfinkel: as situações de co-presença.

O passo seguinte era precisamente projectado: a selecção e abertura de terrenos com vista à constituição de corpora de gravações ou filmagens<sup>42</sup> de acontecimentos interaccionais “naturais”, não provocados ou modificados pelos investigadores, cujas análises longitudinais e transversais asseguram a produção de conhecimentos consolidados.

## **Conclusão**

Heurística, a observação flutuante explora a riqueza multifacetada do quotidiano, registando dissimuladamente os comportamentos de interacção, em terrenos “inabertos”, sob a cobertura dos estatutos de participação limitada na vida social de cada observador. O corpus de notas descritivas apoiadas em tais observações desarmadas e encobertas, sujeitas a auto-limitações éticas e metodológicas, pode orientar sob a forma de instruções a selecção de terrenos a abrir com vista à moralização do olhar inquiridor e à constituição de corpora de gravações ou de filmagens, dados finalmente “granulados”

---

<sup>42</sup> Sobre as respectivas vantagens e desvantagens das gravações e das filmagens, ver Binet (2010: 19-25).

e co-textualizados passíveis de reescutas ou visionamentos múltiplos, que, no olhar e ao ouvido teoricamente enformados de um micro-etnógrafo iniciado à análise da conversação, constituem um capital de grande valor científico: gravações e filmagens, mediante análises detalhadas e transversais, constituem janelas de observação dos etnométodos por meio dos quais os interactantes co-produzem conversacionalmente a ordem das suas interacções.

As dificuldades de abertura dos terrenos condicionam o registo dos dados, gerando corpora mais “oportunistas” do que probabilísticos. As metodologias qualitativas, capazes de revelar o grande valor documental de uma observação isolada e de produzir conhecimentos cientificamente validos a partir da descrição densa e detalhada de um caso único, encontram num corpus “oportunistico” de casos múltiplos de uma classe definida de acontecimentos interaccionais um meio e um ambiente de trabalho de grande riqueza que possibilita a produção de conhecimentos consolidados.

**Michel G. J. Binet**  
GIID-CLUNL

Julho 2011

### **Bibliographia**

Abouda, L. & Baude, O., 2006. Constituer et exploiter un grand corpus oral: choix et enjeux théoriques. Le cas des Enquêtes Socio-Linguistique à Orléans (ESLO). Em F. Rastier & M. Ballabriga, eds. *Corpus en Lettres et Sciences sociales: des documents numériques à l'interprétation (Actes du colloque international d'Albi, juillet 2006)*. Paris: Texto, pp 143-150.

Almeida (de), R., 2009. *Sinais de retorno do técnico e estruturação do discurso do utente*. Documento de Trabalho do GIID nº19. Lisboa: FCSH-UNL.

Amiel, P., 2004. *Ethnométhodologie appliquée. Éléments de sociologie praxéologique*, Paris: Presses du LEMA (Laboratoire d'Ethnométhodologie Appliquée - Université Paris 8).

Angermüller, J., Jeanpierre, L. & Ollivier-Yaniv, C., 2008. Analyser les pratiques discursives en sciences sociales. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 97, pp.39-47.

\*Arditty, J., 2004. Spécificité et diversité des approches interactionnistes. *Acquisition et interaction en langue étrangère*, 21, pp.167-201.

Arundale, R.B., 2006. Face as relational and interactional: A communication framework for research on face, facework, and politeness. *Journal of Politeness Research*, 2, pp.193-216.

Atifi, H. et al., 2006. Méthodologie transdisciplinaire de gestion de corpus pour les disciplines de l'interaction: recherche de principes directeurs. Em F. Rastier & M. Ballabriga, eds. *Corpus en Lettres et Sciences sociales: des documents numériques à l'interprétation (Actes du colloque international d'Albi, juillet 2006)*. Paris: Texto, pp 167-172.

- \*Atkinson, P., 2005. Qualitative Research - Unity and Diversity. *Forum: Qualitative Social Research*, 6, pp.1-25.
- Augé, M., 1994. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Venda Nova: Bertrand.
- \*\*Bazin, J., 1998. Questions de sens. *Enquête*, 6, pp.13-34.
- Baszanger, I. & Dodier, N., 1997. Ethnography: Relating the part to the whole. Em D. Silverman, ed. *Qualitative Research: Theory, Method and Practice*. London: Sage, pp 8-23.
- Baude, O., 2006a. Corpus oraux: les bonnes pratiques d'une communauté scientifique. Em F. Rastier & M. Ballabriga, eds. *Corpus en Lettres et Sciences sociales : des documents numériques à l'interprétation (Actes du colloque international d'Albi, juillet 2006)*. Paris: Texto, pp 46-51.
- Baude, O. ed., 2006b. *Corpus oraux: Guide de bonnes pratiques*, Paris: CNRS / Presses Universitaires d'Orléans.
- Becker, H.S., 1990. Generalizing from case studies. Em E. Eisner & A. Peshkin, eds. *Qualitative inquiry in education*. New York: Teachers College Press.
- Binet, M., 1998. Pour une sémiologie du rite. Éléments de théorie et de méthode. *Arquivos da Memória (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa)*, 4, pp.9-33.
- Binet, M., 2000. Ethno-pragmatique et Prosodie. *Revista FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 13, pp.363-376.
- Binet, M., 2002. Préreflexivité culturelle et Ruptures de cadre. Présentation d'une Méthode de Recherche et de Formation basée sur la Métaphore du Jeu d'échecs de Harold Garfinkel. Em 1<sup>o</sup> Colóquio Intercultural «A comunicação entre culturas» do Grupo SIETAR em Portugal (Society for Intercultural Education, Training & Research). Almada: Instituto Piaget.
- Binet, M., 2010. *Etnografia e Análise da Conversação: Convergências e Orientações de pesquisa*. Documento de Trabalho do GIID n<sup>o</sup>4. Lisboa: FCSH-UNL.
- Binet, M. & Freitas, T., 2007. *Paráfrase e Valor semântico-pragmático dos contornos entoacionais em sequências de retoma (Projecto de investigação - Notas preliminares)*. Documento de Trabalho do GIID n<sup>o</sup>31. Lisboa: FCSH-UNL.
- Binet, M. & Freitas, T., 2010. A ritualização das aberturas conversacionais: a «pergunta-dádiva» Está(s) bom? Em T. Freitas, ed. *Estudos de Corpora. Da teoria à prática*. Lisboa: Colibri, pp 289-304.
- Bommier-Pincemin, B., 1999. Définir un corpus. Em *Diffusion ciblée automatique d'informations : conception et mise en oeuvre d'une linguistique textuelle pour la caractérisation des destinataires et des documents (Thèse de Doctorat)*. Paris: Université Paris IV Sorbonne, pp 415-427.
- Bourdieu, P., 1981. Décrire et prescrire: Note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 38, pp.69-73.
- Boyer, H., 2002. Sociolinguistique: faire corpus de toute(s) voix? *Mots. Les langages du politique*, 69, pp.97-102.
- Bromberger, C., 2004. Les pratiques et les spectacles sportifs au miroir de l'ethnologie. Em (Société de Sociologie du Sport de Langue Française, ed. *Dispositions et pratiques sportives*. Paris: L'Harmattan, pp 115-128.
- Carcassonne, M. & Serval, L., 2009. Dispositif d'enquête et production d'acteurs sociaux: apports d'une analyse socio-langagière. *Activités*, 6(2), pp.44-56.
- Certeau (de), M., 1990. *L'invention du quotidien: 1. Arts de faire*, Paris: Folio / Essais.
- Certeau (de), M., 1993. *La culture au pluriel* 3rd ed., Paris: Folio / Essais.
- Cicourel, A., 1964. *Method and measurement in sociology*, New York: Free Press.
- Charaudeau, P., 2009. Dis-moi quel est ton corpus, je te dirai quelle est ta problématique. *Corpus*, 8. Available at: <http://corpus.revues.org/index1674.html> [Acedido Dezembro 28, 2010].
- \*Cicourel, A., 2008. Micro-processus et macro-structures: Notes sur l'articulation des différents niveaux d'analyse. *SociologieS*. Available at: <http://sociologies.revues.org/index2432.html#tocto1n3> [Acedido Novembro 22, 2010].

- \*Coenen-Huther, J., 2003. Le problème de la preuve en recherche sociologique qualitative. *Revue Européenne des Sciences Sociales*, XLI(128), pp.63-74.
- \*Dalbera, J.-P., 2002. Le corpus entre données, analyse et théorie. *Corpus*, 1. Available at: <http://corpus.revues.org/index10.html> [Acedido Junho 20, 2011].
- Denzin, N.K., 1968. On the Ethics of Disguised Observation. *Social Problems*, 15(4), pp.502-504.
- Devereux, G., 1980. *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*, Paris: Flammarion.
- Duranti, A., 2003. Language as culture in U.S. Anthropology: Three paradigms. *Current Anthropology*, 44(3), pp.323-347.
- Duranti, A., 2005. On theories and models. *Discourse Studies*, 7(4-5), pp.409-429.
- Erickson, F., 2004. *Talk and Social Theory: Ecologies of Speaking and Listening in Everyday Life*, Cambridge: Polity Press.
- Erikson, K.T., 1967. A Comment on Disguised Observation in Sociology. *Social Problems*, 14(4), pp.366-373.
- \*Feldman, J., 2002. Objectivité et subjectivité en science. Quelques aperçus. *Revue Européenne des Sciences Sociales*, XL(124). Available at: <http://ress.revues.org/577> [Acedido Novembro 24, 2010].
- Fogel, F., 2009. L'ethnologue et l'assignation, sur le terrain de la parenté. *Ateliers du LESC (Laboratoire d'Ethnologie et de Sociologie Comparative)*, 33. Available at: <http://ateliers.revues.org/8213> [Acedido Novembro 25, 2010].
- Freitas, T., 2010. *Estudos de Corpora. Da teoria à prática*, Lisboa: Colibri.
- Garcez, P.M., 2008. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. Em L. L. Loder & N. M. Jung, eds. *Fala-em-Interação social: Introdução à Análise da Conversa etnometodológica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, pp 17-38.
- Garfinkel, H., 2007. *Recherches en ethnométhodologie*, Paris: PUF.
- Ginzburg, C., 1989. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Em *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, pp 143-180.
- \*\*Glaser, B.G. & Strauss, A.L., 1995. La production de la théorie à partir des données. *Enquête*, 1, pp.183-195.
- Goffman, E., 1972. *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction* 2nd ed., Harmondsworth: Penguin Books.
- Goffman, E., 1973. *La mise en scène de la vie quotidienne (Vol. 2- Les relations en public)*, Paris: Minuit.
- Goffman, E., 1988. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- Goffman, E., 1991. *Les cadres de l'expérience*, Paris: Minuit.
- Goffman, E., 1999. A situação negligenciada (1964). Em Y. Winkin, ed. *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio d'Água, pp 148-153.
- Gold, R., 1954. *Toward a Social Interaction Methodology for Sociological Field Observation*. Ph D. Chicago: University of Chicago.
- Gonçalves, M., 2002. *A interjeição em português. Contributo para uma abordagem em semântica discursiva*, Lisboa: Fundação C. Gulbenkian / FCT.
- Goodwin, C., 2002. Time in action. *Current Anthropology*, 43, pp.19-35.
- Goodwin, C. & Heritage, J., 1990. Conversation Analysis. *Annual Review of Anthropology*, 19, pp.283-307.
- Goyon, M., 2005. La relation ethnographique: une affaire de genres. *Socio-anthropologie*, 16. Available at: <http://socio-anthropologie.revues.org/index444.html> [Acedido Novembro 25, 2010].
- Grice, H.P., 1975. Logic and conversation. Em P. Cole & J. L. Morgan, eds. *Syntax and Semantics. Volume 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, pp 41-58.

Gumperz, J., 1989. *Engager la conversation. Introduction à la sociolinguistique interactionnelle*, Paris: Minuit.

Heritage, J., 1988. Explanations as accounts: a conversation analytic perspective. Em C. Antaki, ed. *Analysing Everyday Explanation: A Casebook of Methods*. Thousand Oaks: Sage, pp 127-144.

Hughes, E., 1996. *Le regard sociologique*, Paris: EHESS.

Hymes, D., 1964. Introduction: Towards Ethnographies of Communication. *American Anthropologist*, 66(6), pp.1-34.

Hymes, D., 1972. Models of the Interaction of Language and Social Life. Em J. Gumperz & D. Hymes, eds. *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart & Winston, pp 35-71.

Jaubert, A., 2002. Corpus et champs disciplinaires. Le rôle du point de vue. *Corpus*, 1. Available at: <http://corpus.revues.org/index13.html> [Acedido Junho 23, 2011].

Johnson, J., Avenarius, C. & Weatherford, J., 2006. The Active Participant-Observer: Applying Social Role Analysis to Participant Observation. *Field Methods*, 18(2), pp.111-134.

\*\*Joseph, I., 1996. Les compétences de rassemblement: Une ethnographie des lieux publics. *Enquête*, 4, pp.107-122.

Kellerhals, J., Troutot, P.-Y. & Lazega, E., 1989. *Microsociologia da familia*, Mem Martins: Europa-América.

Kerbrat-Orecchioni, C., 1990. *Les interactions verbales: 1. Approche interactionnelle et structure des conversations*, Paris: Armand Colin.

Lacheret-Dujour, A. & Beaugendre, F., 2002. *La prosodie du français* 2nd ed., Paris: CNRS.

\*\*Lahire, B., 1996. Risquer l'interprétation: Pertinences interprétatives et surinterprétations en sciences sociales. *Enquête*, 3, pp.61-87.

Laks, B., 1983. Langage et pratiques sociales. Étude sociolinguistique d'un groupe d'adolescents. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 46, pp.73-97.

Laplantine, F., 2000. *La description ethnographique*, Paris: Nathan.

Lejeune, C., 2007. La respécification: Les fondements empiriques de la méthode sociologique. *SociologieS*. Available at: <http://sociologies.revues.org/index942.html#tocto2n7> [Acedido Fevereiro 2, 2011].

Le Marec, J., 2002. Situations de communication dans la pratique de recherche: du terrain aux composites. *Études de communication*, 25, pp.15-40.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G., 2005. *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas* 2nd ed., Lisboa: Instituto Piaget.

Louis, M.R. & Bartunek, J.M., 1992. Insider/Outsider Research Teams. *Journal of Management Inquiry*, 1(2), pp.101 -110.

Maingueneau, D., 1997. *Os termos-chave da análise do discurso*, Lisboa: Gradiva.

Malinowski, B., 1963. *Les Argonautes du Pacifique occidental*, Paris: Gallimard.

Malinowski, B., 2002. Théorie ethnographique du langage, accompagnée de quelques corrolaires pratiques (1935). Em *Les jardins de corail*. Paris: La Découverte, pp 237-314.

\*\*Mayaffre, D., 2005. Rôle et place des corpus en linguistique: réflexions introductives. *Textol*, X(4).

McDermott, R.P., Gospodinoff, K. & Aron, J., 1978. Criteria for an Ethnographically Adequate Description of Concerted Activities and their Contexts. *Semiotica*, 24(3-4), pp.245-276.

Miller, M., 1995. Covert Participant Observation: Reconsidering The Least Used Method. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 11(2), pp.97 -105.

Mills, C.W., 1980. Apêndice: do artesanato intelectual (1959). Em *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, pp 211-243.

- Moerman, M., 1996. *Talking Culture. Ethnography and Conversation Analysis* 4.º ed., Philadelphia, USA: University of Pennsylvania Press.
- Moerman, M., 1992. Life after C.A. : An ethnographer's autobiography. Em G. Watson & R. M. Seiler, eds. *Text in context. Contributions to Ethnomethodology*. London: Sage, pp 20-34.
- Moirand, S., 2004. L'impossible clôture des corpus médiatiques: La mise au jour des observables entre catégorisation et contextualisation. *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, 40, pp.71-92.
- Mondada, L., 2005. La demande d'autorisation comme moment structurant dans l'enregistrement et l'analyse des interactions bilingues. *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, 43, pp.129-155.
- Mondada, L., 1998. Technologies et interactions dans la fabrication du terrain du linguiste. Em L. Mondada & A.-C. Bovard, eds. *Le travail du chercheur sur le terrain: questionner les pratiques, les méthodes, les techniques de l'enquête (Cahiers de l'ILSL n°10)*. Lausanne: Presses Centrales de Lausanne, pp 39-68.
- Nelson, C.K., 1994. Ethnomethodological positions on the use of ethnographic data in conversation analytic research. *Journal of Contemporary Ethnography*, (23), pp.307-329.
- Niney, F., 2000. *L'épreuve du réel à l'écran. Essai sur le principe de réalité documentaire*, Bruxelles: De Boeck.
- Nunes, J.A., 1993. Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Qotidiana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, pp.33-49.
- Obadia, L. ed., 2003. *L'ethnographie comme dialogue: immersion et interaction dans l'enquête de terrain*, Paris: Publisud.
- Odin, R., 1984. Le film documentaire, lecture documentarisante. Em CIEREC (Centre Interdisciplinaire d'Études et de Recherches sur l'Expression Contemporaine), ed. *Cinéma et réalités*. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne, pp 263-278.
- Pais, J.M., 2002. *Sociologia da Vida quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa: ICS.
- \*\*Passeron, J.-C., 1988. L'illusion de représentativité: Note sur un effet de littérature réaliste, conjointe à une remarque sur -graphie, -logie et -nomie. *Enquête*, 4. Available at: <http://enquete.revues.org/document68.html> [Acedido Novembro 22, 2010].
- \*\*Passeron, J.-C., 1993. Portrait de Richard Hoggart en sociologue. *Enquête*, 8, pp.79-111.
- \*\*Passeron, J.-C., 1995. L'espace mental de l'enquête (I): La transformation de l'information sur le monde dans les sciences sociales. *Enquête*, 1, pp.13-42.
- \*\*Passeron, J.-C., 1996. L'espace mental de l'enquête (II): L'interprétation et les chemins de la preuve. *Enquête*, 3, pp.89-126.
- Pérec, G., 1985. *Penser / Classer*, Paris: Hachette.
- Peretz, H., 2000. *Métodos em Sociologia [A Observação]*, Lisboa: Temas e Debates.
- Pétonnet, C., 1982. L'Observation flottante. L'exemple d'un cimetière parisien. *L'Homme*, 22(4), pp.37-47.
- Pietro (de), J.-F., 1990. Le désordre apparent de la conversation: quelques apports de la linguistique à la compréhension des interactions. *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, 16, pp.11-36.
- Piette, A., 1998. Les détails de l'action. *Enquête*, 6, pp.109-128.
- Pryluck, C., 1988. Ultimately We Are All Outsiders: The Ethics of Documentary Filming. Em A. Rosenthal, ed. *New Challenges for Documentary*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp 255-268.
- Rastier, F., 2004. Enjeux épistémologiques de la linguistique de corpus. *Texto!* Available at: [http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier\\_Enjeux.html](http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier_Enjeux.html) [Acedido Novembro 23, 2010].
- Rodrigues, A.D., 2001. *A Partitura Invisível. Para a abordagem interactiva da linguagem*, Lisboa: Colibri.

- Rodrigues, A.D. & Binet, M., 2010. Análise da conversação e Paradoxo da observação: Pedidos de autorização para gravar atendimentos de acção social. Em Congresso Internacional Linguagem e Interação II. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).
- Rossi, I. et al., 2008. L'éthique à l'épreuve d'une anthropologie en milieu palliatif: de l'insertion à la restitution. *etnographiques.org*, 17, pp.1-17.
- Rossi, M. et al., 1981. *L'intonation: de l'acoustique à la sémantique*, Paris: Klincksieck.
- Roth, W.-M. & Tobin, K., 2010. Solidarity and conflict: aligned and misaligned prosody as a transactional resource in intra- and intercultural communication involving power differences. *Cultural Studies of Science Education*, 5, p.807-847.
- Sacks, H., 1984. Notes on methodology. Em J. M. Atkinson & J. Heritage, eds. *Structures of Social Action. Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press / Maison des Sciences de l'Homme, pp 21-27.
- Sacks, H., 1990. An initial investigation of the usability of conversational data for doing sociology (1972). Em J. Coulter, ed. *Ethnomethodological sociology*. Aldershot UK: Edward Elgar, pp 208-251.
- Sacks, H., Schegloff, E. & Jefferson, G., 1974. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language*, 50(4), p.696-735.
- Sacks, H., Schegloff, E. & Jefferson, G., 1977. The Preference for Self-Correction in the Organization of Repair in Conversation. *Language*, 53(2), pp.361-382.
- Saini, P., 2006. *Des hommes et des caméras. Regard anthropologique sur la relation réalisateurs – protagonistes à travers cinq films documentaires récents*. Mémoire (dir. Ellen Hertz). Neuchâtel: Université de Neuchâtel - Institut d'Ethnologie.
- Sardan (de), J.-P.O., 1995. La politique du terrain: Sur la production des données en anthropologie. *Enquête*, 1, pp.71-109.
- Sardan (de), J.-P.O., 1996. La violence faite aux données: De quelques figures de la surinterprétation en anthropologie. *Enquête*, 3, pp.31-59.
- Sardan (de), J.-P.O., 1998. Émique. *L'Homme*, 38(147), pp.151-166.
- Sardan (de), J.-P.O., 2000. Le « je » méthodologique. Implication et explicitation dans l'enquête de terrain. *Revue française de sociologie*, 41(3), pp.417-445.
- Scheer, T., 2004. Le corpus heuristique: un outil qui montre mais ne démontre pas. *Corpus*, 3, pp.153-191.
- Schegloff, E., 2000. On Granularity. *Annual Review of Sociology*, 26, p.715–720.
- Schegloff, E., 2007. *Sequence Organization in Interaction - A Primer In Conversation Analysis I*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Schegloff, E. & Sacks, H., 1973. Opening up Closings. *Semiotica*, VIII(4), pp.289-327.
- Selting, M., 1988. The role of intonation in the organization of repair and problem handling sequences in conversation. *Journal of Pragmatics*, 12(3), pp.293-322.
- Soudière, M. de la, 1988. L'inconfort du terrain. *Terrain*, 11, pp.94-105.
- Suassuna, L., 2008. Pesquisa qualitativa em Educação e Linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. *Perspectiva*, 26(1), pp.341-377.
- ten Have, P., 2005. *Doing Conversation Analysis. A Practical Guide*, London: Sage.
- Traverso, V., 2005. *L'analyse des conversations* 2nd ed., Paris: Armand Colin.
- Trépanier, M. & Ippersiel, M.-P., 2003. Hiérarchie de la crédibilité et autonomie de la recherche. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 148, pp.74-82.
- \*Vienne, P., 2007. La politique du terrain brûlé. *SociologieS*. Available at: <http://sociologies.revues.org/index221.html> [Acedido Novembro 25, 2010].
- Vion, R., 1992. *La communication verbale: Analyse des interactions*, Paris: Hachette.



Williams, G., 2006. La linguistique et le corpus: une affaire prépositionnelle. Em F. Rastier & M. Ballabriga, eds. *Corpus en Lettres et Sciences sociales : des documents numériques à l'interprétation (Actes du colloque international d'Albi, juillet 2006)*. Paris: Texto, pp 151-158.

Wolf, D., 1996. Situating Feminist Dilemmas in Fieldwork. Em D. Wolf, ed. *Feminist Dilemmas in Fieldwork*. Boulder: Westview, pp 1-56.

**Notas:**

\*Citações e reenvios seguem a numeração por paragrafos própria à edição electronica do texto.

\*\*Edição electronica não paginada (texto corrido).

---

Binet, M., 2011. *Da Observação flutuante e encoberta ao Corpus: exploração e consolidação da pesquisa de terreno micro-etnográfica*. Documento de Trabalho do GIID n°29. Lisboa: FCSH-UNL.

## ANEXO: Convenções de transcrição (Adapt. Jefferson, 2004)

Simbolo	Fenómeno
.	Entoação descendente
?	Entoação ascendente
,	Entoação continua
: / :: / :::	Prolongamento do som (diferentes durações)
↑	Som mais agudo
↓	Som mais grave
-	Corte abrupto
fala	Ênfase
FAla	Volume mais alto
°fala°	Volume mais baixo
>fala<	Fala acelerada
<fala>	Fala desacelerada
[ ] [ ]	Falas sobrepostas
(.)	Pausa
eh	Pausa cheia
mm	Sinal de retorno do ouvinte
.h / .hh / .hhh	Inspiração (diferentes durações)
h / hh / hhh	Expiração (diferentes durações)
th	Estalar de língua
...= =...	Turnos contíguos (ausência de pausa interturnos)
( )	Segmento inaudível não transcrito
(fala)	Segmento pouco audível de transcrição duvidosa
(fala/fama)	Transcrições alternativas de um segmento pouco audível
((escreve))	Descrição de uma actividade não verbal
(reiteração do convite)	Descrição de uma tarefa conversacional não transcrita (registo observacional incompleto)

Gago, P.C., 2002. Questões de transcrição em Análise da Conversa. *Veredas (UFJF)*, 6(2), pp.89-113.

**Jefferson, G., 2004. Glossary of transcript symbols with an introduction. Em G. H. Lerner, ed. *Conversation Analysis. Studies from the first generation*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 13-31.**

Loder, L.L. & Jung, N.M. eds., 2008. *Fala-em-Interação social: Introdução à Análise da Conversa etnometodológica*, Campinas, SP: Mercado de Letras.